

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em Ciências Sociais

INTERPRETANDO UMA ALTERNATIVA
Considerações sobre a *virada interpretativa* nas ciências sociais
entre as décadas de 1960 e 1970

Monografia submetida ao Curso de Ciências Sociais, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

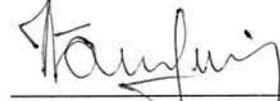
Orientador: Prof. Dr. Ricardo V. Silva

Florianópolis, 2010

Interpretando uma alternativa: considerações sobre a *virada interpretativa* nas ciências sociais entre as décadas de 1960 e 1970

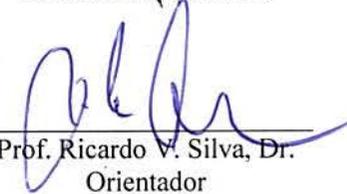
Monografia submetida ao Colegiado do Curso de Ciências Sociais, em cumprimento parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais

Florianópolis, 13 de dezembro de 2010.



Prof. Itamar Aguiar, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:



Prof. Ricardo V. Silva, Dr.
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Tiago B. Losso, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Nei Nunes, Msc.
Universidade do Sul de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, bem como toda a minha experiência no decorrer destes tão ligeiros quatro anos, não poderia ter sido realizado sem a presença e apoio de inúmeras pessoas. E porque seria impossível nominar a todas, gostaria de agradecer em especial:

Ao meu orientador professor Dr. Ricardo V. Silva, cujo acolhimento em seu núcleo de pesquisa me permitiu entrar em contato com um espaço intelectualmente instigante e cujas contribuições foram fundamentais na execução e conclusão desta pesquisa;

À professora Dr.^a Maria Soledad, pela estimulante introdução ao mundo da reflexão sociológica, pelas palavras amigas e de encorajamento sempre na ponta da língua, pela dedicação aos seus alunos e ao curso;

Aos colegas do núcleo, por todas as discussões que terminaram em dores de cabeça, especialmente ao prof. Fábio Carminati pelas considerações imprescindíveis que fez a este trabalho ainda em sua fase de projeto e ao prof. Dr. Tiago Losso, pelos momentos de descontração em meio às urgências de prazo e pelo entusiasmo com sua profissão que me lembra os milhares de motivos da minha escolha por esta área;

Ao prof. Dr. Márnio Teixeira Pinto, por todas as perguntas que respondeu com outras perguntas;

Aos meus queridos amigos Alberto, Camila e Marcel, pelas conversas, pelos cafés, pelos abraços, pelos puxões de orelha, pela companhia e amizade verdadeiramente constantes;

À Verônica, pelas pausas para o chá.

À minha irmã Ana, pelo esforço incansável de motivação nos meus dias mais ranzinzas e aos meus dois novos irmãos, Vinícius e Felipe, cujos sorrisos matutinos facilitaram exponencialmente à tarefa da primeira;

Aos meus pais, Isabel e Clóvis, pelo amor e dedicação, pelas palavras de incentivo e interesse, pelas oportunidades oferecidas que me possibilitaram crescer como cresci;

E embora possa parecer estranho, gostaria de agradecer ao rock, ao blues e à bossa nova, por me acompanharem durante os longos, tensos e solitários momentos de escrita.

"E não há nada mais interessante, mais instrutivo, nem mais empolgante, do que a história desse esforço, a história do pensamento humano"

Alexandre Koyré

RESUMO

O objetivo deste trabalho é tratar do ressurgimento de abordagens interpretativistas em meados da década de 1960, movimento conhecido como *virada interpretativa*. Diz-se ressurgimento visto a marginalização de tais abordagens no período que compreende a institucionalização das disciplinas sociais no âmbito da estrutura universitária, porém mais contundentemente após o predomínio de concepções positivistas, estrutural-funcionalistas e comportamentalistas (como o behaviorismo) nas ciências sociais. Para tal revitalização das abordagens interpretativas, recorreu-se amplamente a desenvolvimentos da disciplina do século XIX, início do século XX (como a hermenêutica de W. Dilthey e a sociologia compreensiva de M. Weber), bem como a desdobramentos posteriores da filosofia do século XX, como a abordagem lingüística de L. Wittgenstein, a abordagem fenomenológica de A. Schütz e a contribuição da Escola de Frankfurt, representada aqui pela obra de J. Habermas. Dentre inumeráveis temas que foram tratados pelos mais diversos autores explícita e consensualmente enquadrados como tendo uma abordagem interpretativa frente ao *mainstream* positivista das ciências sociais, este trabalho acabou por se concentrar no que toca ao complexo tema da notória dicotomia estabelecida pelos defensores do cientificismo nas ciências sociais entre *fato* e *valor*. Questionamentos quanto à validade e o status científico (objetivo) do conhecimento obtido por abordagens interpretativistas se contrapõem a questionamentos quanto à possibilidade e relevância de um conhecimento *esterilizado* do mundo social. Neste movimento, as metodologias desenvolvidas pelos membros da Escola de Cambridge, em suas reflexões sobre a inserção do pesquisador no seu próprio campo de estudo, enquadram-se neste trabalho de dois modos complementares: como um guia para a pesquisa bibliográfica e para a compreensão dos textos lidos; mas também como um exemplo das discussões teórico-metodológicas consonantes com a *virada interpretativa*. Finalmente, um breve olhar para a obra do politólogo contemporâneo Mark Bevir tem como objetivo esboçar brevemente o modo como temas intrínsecos à constituição das ciências sociais, em especial à fundamentação do *interpretativismo*, são postos em prática e permanecem em contínuo debate.

Palavras-chave: *Mainstream* positivista das ciências sociais; *Virada interpretativa*; Abordagens interpretativistas; Dicotomia fato-valor; Mark Bevir.

ABSTRACT

The aim of this paper is to address the resurgence of interpretive approaches in the mid-1960s, movement known as *interpretive turn*. It is said the resurgence in view of the marginalization of such approaches in the period comprising the institutionalization of social disciplines within the university structure, but more strikingly after the dominance of positivistic, structural-functionalist and behaviorist concepts (as in the behaviouralism) in the social sciences. For this revival of interpretive approaches, it was widely used the developments in the discipline of the nineteenth century, early twentieth century (as the hermeneutic of W. Dilthey and the comprehensive sociology of M. Weber), and the subsequent developments of twentieth-century philosophy as the linguistic approach of L. Wittgenstein, the phenomenological approach of A. Schütz and the contribution of the Frankfurt School, represented here by the work of J. Habermas. Among myriad issues that were addressed by several authors explicitly and consensually classified as having an interpretive approach against the mainstream positivist social science, this work came to focus the complex issue of the striking dichotomy established by the advocates of scientism in social sciences between *fact* and *value*. Questions regarding the validity and scientific (objective) status of the knowledge obtained by interpretative approaches are opposed to questions of the possibility and relevance of a *sterilized* knowledge of the social world. In this movement, the methodologies developed by the members of the Cambridge School, in their reflections on the insertion of the researcher in his own field of study, are mobilized in this work in two complementary ways: as a guide to literature and to understand the read texts, but also as an example of theoretical and methodological discussions in line with the *interpretive turn*. Finally, a brief look at the work of the contemporary political scientist Mark Bevir aims to briefly outline how intrinsic issues to the constitution of social sciences, in particular the reasoning of some kind of *interpretivism*, are implemented and remain in ongoing debate.

Keywords: *Interpretive turn*; Interpretive approaches; Positivist mainstream of social sciences; Fact-value dichotomy; Mark Bevir.

SUMÁRIO

Introdução.....	14
1 Apresentando a questão	
1.1 Contextualizando a institucionalização das ciências sociais.....	15
1.2 Problematizando a reconstituição histórica das idéias.....	23
2 Abordagens interpretativas nas ciências sociais	
2.1 Influências interpretativistas.....	28
2.1.1 Correntes compreensivas do século XIX e início do século XX.....	28
2.1.2 Desdobramentos filosóficos da segunda metade do século XX.....	34
a. Ludwig Wittgenstein.....	34
b. Alfred Schütz.....	35
c. Jürgen Habermas.....	37
2.2 A virada interpretativa.....	39
3 Mark Bevir e a ciência política interpretativa	
3.1 Linhas gerais da proposta interpretativa de Mark Bevir.....	61
3.2 Críticos, críticas e respostas: em defesa do caráter histórico e interpretativo da ciência política	64
4 Considerações Finais.....	75
Referências	77

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral problematizar as categorias de base da pesquisa social, concebendo-se de certa maneira como uma pesquisa bibliográfica no campo de fundamentação, de filosofia das ciências sociais. Entretanto, tais considerações não assumem tanto uma forma filosófica de exame. Ao invés disso, seguem como uma exposição histórico-teórica de um momento particularmente profícuo em controvérsias no cerne das ciências sociais.

O tema desta pesquisa é o movimento que ficou conhecido como *virada interpretativa* (*interpretive turn*), em seus desenvolvimentos entre as décadas de 1960 e 1970 frente à hegemonia de abordagens de cunho positivista nas disciplinas sociais.

Primeiramente, uma breve contextualização do processo de institucionalização das ciências sociais nas estruturas universitárias permitirá compreender minimamente de que modo o *mainstream* positivista veio a se consolidar.

Em seguida, tratar-se-á da abordagem interpretativista estabelecida nos debates das décadas de 1960 e 1970, no modo como se tentou responder às críticas quanto à nulidade, ou dispensabilidade, da interpretação, providas em grande parte da revolução behaviorista dos anos 1940 e 1950. Para tal, pretende-se reconstituir alguns dos argumentos interpretativistas nos aspectos em que mobilizam explicitamente uma antiga noção de interpretação, para que se possa apontar as diferenças apresentadas pela *virada interpretativa* dos 1960 e 1970.

Apesar dos autores da *virada interpretativa* terem considerado as abordagens de cunho *compreensivo* de Dilthey e Weber, por exemplo, levaram-nas a um grau adiante, radicalizando o papel da interpretação – de método para condição de conhecimento – ao incorporar discussões que traziam novas dimensões para a questão, como as que se ocorreram no âmbito da *virada lingüística*, na Fenomenologia e na Escola de Frankfurt; contribuições estas que serão brevemente expostas.

Por fim, contrapor-se-á essa discussão com a obra do politólogo Mark Bevir o qual, situando-se contemporaneamente no esteio aberto pela *virada interpretativa* das décadas de 1960 e 1970, é considerado suficientemente representativo das inquietações pelas quais o período em questão ficou caracterizado. Ao nos voltarmos para seus trabalhos de campo em estudos políticos, teremos ainda uma sucinta noção do modo pelo qual abordagens interpretativas podem realizar pesquisas empíricas.

Capítulo 1 – Apresentando a questão

1.1 Contextualizando a institucionalização das ciências sociais

A formação de um arcabouço intelectual (epistêmico, teórico, metodológico, etc.) relativamente homogêneo quanto aos parâmetros do que seria científico deu-se num contexto moderno (séculos XVI e XVII) no qual as especulações filosóficas, antes fundamentos indissociáveis da ciência natural, passaram a ser consideradas como empecilho para o progresso, sendo gradualmente extirpadas do campo científico. Afastando-se de uma racionalização excessiva considerada metafísica, esta nova ciência rumou ao rigor metodológico pautado em premissas empiricistas da possibilidade de conhecimento (e dominação) do mundo natural (Comissão Gulbenkian, 1996, p.14/26).

Leis e teorias intrinsecamente ligadas às ciências exatas e naturais, como o dualismo mente/corpo de Descartes e a física mecanicista newtoniana, foram gradativamente sendo incorporadas em outras dimensões sociais, como nas relações políticas, culturais e morais, resultando em uma grande tendência cientificadora de diversas instituições de conhecimento, como podemos notar na progressiva burocratização do mundo social.

Já no final do século XVIII, início do século XIX, a revitalização e secularização das estruturas universitárias tornaram-nas o lugar institucional preferencial para a criação do conhecimento; *locus* central do processo de “disciplinarização e profissionalização do conhecimento” que marcou a história intelectual do século XIX (Comissão Gulbenkian, 1996, p.21). Nesse contexto, as ciências naturais já estavam mais do que legitimadas, possuindo amplo apoio social e político devido principalmente aos resultados práticos e à utilidade imediata de seu empenho intelectual.

Partindo, pois, das universidades, espaço privilegiado da tensão entre as humanidades e as ciências, o movimento que se seguiu então foi o de adequação do campo do saber daquelas (a filosofia propriamente dita, os estudos literários, as artes, etc.) às urgências pragmáticas da modernidade, representadas emblematicamente pelo progresso científico. Pressões contínuas para a efetivação de transformações político-sociais prementes¹ não se contiveram pela mera proclamação de teorias sobre a ordem supostamente natural da vida social. A solução

¹ A Revolução Francesa e a primeira Revolução Industrial são momentos representativos do que se quer dizer com “transformações político-sociais prementes” criando pressões.

seria estudar e entender as regras da mudança social para organizá-la e racionalizá-la. As novas disciplinas de *ciências sociais*, portanto, estavam empenhadas em estruturar uma *física do social* (Comissão Gulbenkian, 1996, p.22-23), norteadas por parâmetros de exatidão típicos das ciências naturais.

Não cabe aqui traçar em detalhes o complexo processo de especificação e separação de cada uma das disciplinas sociais no decorrer do século XIX em meio ao esforço global para o avanço de um conhecimento *objetivo* sobre a *realidade* com base em descobertas empíricas. Porém, vale ressaltar que a orientação geral das disciplinas que se estabilizaram no período da I Guerra Mundial como compoendo as *ciências sociais* – a saber, Economia, Sociologia, Ciência Política, Antropologia e História² – tendiam para o campo nomotético. O impacto das duas guerras mundiais no decorrer século XX contribuiu para a marginalização das teorias universalizantes da História, da Antropologia (bem como da Geografia), e a tríade Sociologia, Economia e Ciência Política consolidou sua posição como cerne nomotético das ciências sociais (Comissão Gulbenkian, 1996, p.49).

Um exemplo emblemático dessa consolidação foi a *revolução behaviorista*³ que teve lugar na Ciência Política norte-americana do pós segunda guerra.

A emergência da Ciência Política como disciplina específica se deu num momento posterior à institucionalização das demais disciplinas devido à resistência do campo do Direito em ceder o monopólio que

² E aqui, vemo-nos obrigados a omitir as polifônicas controvérsias em relação às conexões da psicologia, do orientalismo, do direito e da geografia com o restante das ciências sociais.

³ David Easton (2002, p.278), afirma que “despite the common root in the English terms, behaviourism and behaviouralism, the two words have little in common and ought not to be confused. Political science had never been behaviouristic even during the height of its behaviouralistic phase. Behaviourism refers to a theory in psychology about human behaviour and has its origins in the work of J.B. Watson. I know of no political scientist who subscribes to this doctrine. Indeed, I know of no political scientist, although there may be the occasional one, who even accepts the psychological theory of B.F. Skinner, the founder of the ‘operant conditioning’ school of psychology and the modern successor to Watson. The only real relationship between the terms behaviourism and behaviouralism is that both of them focus on the human actor and his or her behaviour as the appropriate source of information about why things happen in the world as they do. Both also assume that a methodology based upon that of the natural sciences is appropriate for the study of human beings. Aside from this acceptance of the individual as the focus of research and of scientific method, there is little resemblance between these tendencies. It would be a mistake therefore to confuse behaviouralism in political science with behaviourism and its derivatives in psychology.” Entretanto, como se desconhece tal diferenciação de termos em língua portuguesa, pede-se que tal distinção esteja em mente durante a leitura dos termos *behaviorista*, *behaviorismo*, etc., uma vez que sempre se referirão à corrente relativa à Ciência Política.

detinha sobre o estudo do estado contemporâneo. Portanto, até meados de 1950, a Ciência Política mantinha ainda uma grande proximidade com a Filosofia Política, visto que esta possibilitava a legitimação do campo de conhecimento em questão, cuja história podia ser reconstruída desde os gregos (Comissão Gulbenkian, 1996, p.36).

Entretanto, no início dos anos 1950, um grupo de cientistas políticos, guiados pela idéia de uma Ciência Política modelada pela metodologia das ciências naturais, expressou a meta de “estabelecer a autonomia da disciplina como uma ciência empírica” do que caracterizaram como (nas palavras de David Easton) uma teoria política empobrecida.

Argumentou-se que teoria política clássica da tradição ocidental do pensamento político havia sido “reduzida a uma ‘espécie de análise histórica’ que vivia ‘parasitariamente’ das idéias do passado”, abdicando de seu papel tradicional de “construir criativamente uma moldura apreciável de referência” (Gunnell, 1979, p.7). Segundo David Easton (*apud* Gunnell, 1979, p.7), a teoria política do século XX “tinha deixado de ‘analisar e formular uma nova teoria de valor’ em favor do varejo de informações sobre o sentido, consistência interna e desenvolvimento histórico de valores políticos contemporâneos e passados”, diferentemente da teoria política até Hegel e Marx, focalizada em “negócios práticos” e na avaliação da política social.

Segundo David Easton (2002), existem algumas características centrais no behaviorismo que o distinguem de antigas formas de estudos da Ciência Política. Primeiramente, o behaviorismo assevera que existem uniformidades no comportamento humano passíveis de serem descobertas e, em segundo lugar, que estas uniformidades podem ser confirmadas por meio de testes empíricos. Em terceiro lugar, o behaviorismo mostrou anseio por maior rigor nos métodos para a aquisição de dados e para a análise destes. “Methods themselves became problematic. They could no longer be taken for granted” (Easton, 2002, p.278).

A quantificação passou a assumir um lugar importante na Ciência Política, o que resultou o aumento do uso de técnicas cada vez mais sofisticadas de pesquisa empírica, como questionários, entrevistas, amostras, análises de regressão, análises de fator, modelos racionais, e assim por diante (Easton, 2002, p.279).

Em quarto lugar, o movimento behaviorista se comprometeu com outro tipo de teoria.

The search for systematic understanding, grounded in objective observation, led to a

marked shift in the meaning of theory as a concept. Traditionally, in the distant past, theory had been philosophical in character, asking questions about the nature of the good life. In more recent times, it had become largely historical, seeking to explicate and account for the emergence of political ideas in past centuries. Behavioural theory, on the other hand, is empirically oriented. It seeks to help us explain, understand, and, if possible, predict the way in which people behave politically and the way political institutions operate. (Easton, 2002, p.279)⁴

Em quinto lugar, foi dominante durante o ápice do behaviorismo a sensação de que os valores do pesquisador e da sociedade poderiam ser excluídos do processo de inquirição. A avaliação ética e a explicação empírica eram vistas como envolvendo dois tipos diferentes de enunciados “that clarity requires us to keep analytically separate and distinct. Behaviouralism adopted the original positivist assumptions (as developed by the Vienna Circle of positivists early in this century) that value-free or value-neutral research was possible” (Easton, 2002, p.279)⁵.

Em sexto lugar, o behaviorismo representou uma nova ênfase na teoria pura em detrimento às pesquisas aplicadas, partindo do pressuposto de que apenas após a aquisição de uma compreensão confiável de como as instituições políticas funcionam e de como as pessoas se comportam politicamente, seria possível aplicar esses conhecimentos na resolução de problemas sociais práticos⁶ (Easton,

⁴ Teorias estrutural-funcionais e análises de sistema, bem como teorias de médio alcance, segundo Easton (2002, p.279) são exemplos de esforços teóricos neste escopo mais amplo da corrente behaviorista.

⁵ O próprio Easton (2002, p.279) afirma que, apesar de alguns cientistas políticos, incluindo ele mesmo, não partilhassem desta visão, esta era, indubitavelmente, a orientação geral da corrente behaviorista. E como resultado “moral inquiry receded far into the background among the priorities of interesting things to do”.

⁶ Easton (2002, p. 280) sugere algumas explicações para esta sexta característica da corrente behaviorista. Em primeiro lugar “The commonsense, proverbial style of traditional political science, with its dependence on historical description and impressionistic analysis, had simply exhausted itself. [...] The epistemic successes of the natural sciences and of other social sciences such as psychology and economics, using more rigorous methods of data collection and of analysis, left their impact on political science as well. They suggested alternatives that led political analysis away from ‘common’ sense to ‘scientific’ sense where theoretical rather than social criteria set the problems of research and where technical skills took the place of mere description and commonsense methods.” Além disso, havia forças sociais que

2002, p.279-280).

Portanto, apesar de Easton ter insistido no

ressurgimento da avaliação política e [no] relacionamento entre o conhecimento social-científico e a ação política, seu principal interesse, como o da maioria dos cientistas políticos, era distinguir discussões de valores de descrições e explicações de fatos e promover o desenvolvimento de uma ciência política puramente empírica (Gunnell, 1979, p.9).

Assim, a ciência política behaviorista, questionando a relevância e legitimidade dos modos *tradicionais* de procura do conhecimento político colocava-se como a próxima etapa desta mesma tradição⁷.

Porém, historiadores da teoria política, como Leo Strauss, argüíram que o behaviorismo “não é uma renovação das preocupações da filosofia política clássica, mas uma falsa e truncada abordagem que esquecia a sabedoria do passado. Era, em si, um sintoma do declínio da teoria política” (Gunnell, 1979, p.9).

By the early 1960s, behaviouralists had declared victory and were assessing the development of political science from that standpoint [...] In a series of American Political Science Association

encorajaram o comprometimento com a ciência nos estudos políticos. “During the cold war period in relationships between the United States and the Soviet Union, especially during the Korean War (1950–3), Senator Joseph McCarthy inaugurated and led a reign of psychological and legal terror against liberals and others in the United States. Scholars were selected as particularly vulnerable targets for attack. McCarthyism succeeded in driving underground an interest in social reform and critical theory. From this perspective, objective, neutral, or value free research represented a protective posture for scholars. It offered them intellectually legitimate and useful grounds for fleeing from the dangers of open political controversy. [...] In doing so, it led scholars into the politically less dangerous grounds of basic research, an area that, as it turned out, had major benefits to offer for the development of political science.” E ainda conclui que “This is perhaps an instance in the evolution of knowledge in which inadvertent gains may have been won for the wrong reasons”.

⁷ “From its earliest disciplinary and professional beginnings in the United States, political science had a ‘built in’ historical self-image and one that provided it with a distinctive past that was an essential aspect of its identity. This was the interpretation of the canon of classic texts from Plato to Marx. Even as late as the mid-1970s, a systematic and highly objective account of the evolution of political science presented it as the lineage of the ‘great tradition’ of political theory [...] Modern academic political science was characteristically perceived as the latest stage in the development of systematic thought about politics, and this was not simply a prejudice of historians of political theory. The behavioural revolution, which understood itself as effecting a paradigmatic shift in political studies and as transforming the discipline into a truly scientific enterprise, retained this hagiolatry and the image of organic continuity with the great tradition” (Gunnell, 2002, p.14).

presidential addresses during this decade, the cumulative progress of the discipline was proclaimed, often in the increasingly popular terms of Thomas Kuhn's theory of scientific revolutions [...] By the late 1960s, the view of behaviouralism was less sanguine – even on the part of some of its strongest advocates. Easton, for example, had scarcely finished an account of the development of the discipline that culminated in the successes of the behavioural movement [...] when, in this era of volatility, both in the discipline and its context, he found it necessary to describe, and prescribe, a 'new revolution' in political science [...] As the post-behavioural era was ushered in, new images of the evolution of the discipline would begin to emerge as political scientists struggled to keep ahead of their past. (Gunnell, 2002, p.17-18)

De fato, após a II Guerra Mundial, um fosso entre práticas e posições intelectuais dos cientistas sociais e a organização formal das ciências sociais foi ficando cada vez mais evidente (Comissão Gulbenkian, 1996, p. 53).

A prosperidade do pós Guerra, o rápido crescimento econômico oferecendo benefícios materiais para todos os seguimentos da população (até mesmo os mais pobres), associada com o conservadorismo dos anos 1950, início dos anos 1960, levou à visão prevalecente de que a ideologia havia chegado a seu fim nos Estados Unidos. Modalidades de pensamento social crítico, incluindo o liberalismo crítico, aparentemente desapareceram, dando a convicção do fim do conflito ideológico (Easton, 2002, p.280-281).

Em retrospecto, fica claro até mesmo para Easton (2002, p.281) que a ideologia não havia desaparecido. Só se teve esta sensação porque o *mainstream*, a ideologia liberal-conservadora, era dominante e não desafiada no momento.

Essa ausência de polêmica em relação às ideologias dominantes afastou as ciências sociais de problemas sociais como fonte de inspiração para a pesquisa, levando-a a se concentrar em critérios internos à teoria social, derivados da lógica do desenvolvimento da própria ciência social⁸.

⁸ Apesar de o próprio Easton (2002, p.281) ter afirmado a necessidade de uma nova revolução (pós-behaviorista, a qual teve início já nos anos 1960), seu balanço geral do período

Entretanto, essa situação começou a mudar nos anos 1960. Vinculada aos desenvolvimentos no movimento dos direitos civis (nos Estados Unidos, principalmente), ao movimento de contracultura, uma profunda e crescente insatisfação começou a tomar forma. A liderança partia massivamente de congregações estudantis do crescente número de universidades ao redor do mundo.

Foi um período de intensas mudanças sociais: a decisão da Suprema Corte estadunidense em 1954-5 contra a segregação educacional de negros; o aumento das demandas para a melhoria de condições de vida de minorias; protestos contra a guerra do Vietnam durante as administrações de Johnson e Nixon; mudanças de atitude em relação a comportamento sexual, formas de vestuário, o lugar das mulheres e de minorias na sociedade (discriminação sexual e étnica), pobreza mundial, respeito pelo meio ambiente (poluição, desperdício, o perigo da energia nuclear), desigualdade social (Comissão Gulbenkian, 1996, cap.2; Easton, 2002, p.282)

Nas ciências sociais, levantou-se a questão do porquê se foi incapaz de antever esses problemas e, tendo previsto-os, o que poderia ter sido feito a respeito? Tais questões levaram a debates de ampla escala sobre a natureza das disciplinas sociais e de como estas deveriam ser.

Segundo Richard Bernstein (1990, p. xxiii-xxiv),

Something was desperately wrong with prevailing forms of social and political reality, and with the established ways of thinking about them. [...] During this period there were many excesses and a good deal of thrashing around. But one serious consequence cannot be ignored. Many came to feel the need of a more penetrating understanding of what had gone wrong, of how the straitjacket of

behaviorista não deixa de ser positivo, como podemos confirmar com a seguinte citação: "It is clear that what from a social point of view could be interpreted as a retreat from social responsibility by social scientists, from the point of view of science could be interpreted as a breathing spell free from social involvement. This had the effect of enabling political science to address, in a relatively undisturbed atmosphere, many technical aspects that have become central to its development— such as the place of theory in social research, the need for rigorous methods of research, the refinements of techniques for acquiring and analysing data, the establishment of standards of professionalism among political scientists and social scientists in general, and so on. In short, we can now recognize the behavioural phase as one in which the social sciences, for whatever historical reasons and fortuitous circumstances, were busy strengthening the scientific bases of their research. The cost was a significant withdrawal from an interest in social criticism and social involvement."

established thought had come to dominate human life.

O comprometimento original com a ciência nas disciplinas sociais durante os anos 1950 até início dos anos 1960, os próprios resultados obtidos pelo behaviorismo, foi seriamente questionado.

Podemos destacar as fundamentações de tais protestos como partindo de dois pontos históricos diferentes. Havia as reformulações e os debates temporalmente mais próximos, como os desenvolvidos no âmbito da *virada lingüística*, principalmente nas obras de J. Austin e L. Wittgenstein e sua ênfase na potencialidade da linguagem ordinária como construtora do social; da Fenomenologia com, entre outras, a noção de intersubjetividade trabalhada por A. Schütz; e pela Escola de Frankfurt e sua convicção na dimensão prática da razão, ou seja, o compromisso político e moral das idéias humanas.

Havia também a influência de uma tradição mais remota, representada nas obras de W. Dilthey e M. Weber, os quais, do século XIX ao início do século XX, mobilizavam já pressupostos que enfatizavam a compreensão histórica da *ação social* por meio de sua contextualização e da busca por suas motivações.

O ponto de convergência destas correntes foi a idéia partilhada de que o comportamento humano é composto de variáveis complexas demais, o que torna improvável a capacidade de descoberta de quaisquer regularidades em forma de leis; os seres humanos não são determinados. Eles possuem livre-arbítrio, suas ações não são passíveis de previsões.

O movimento conhecido como *virada interpretativa* (*interpretive turn*, compreendendo as décadas 1960 e 1970), apresentou-se como uma alternativa tanto à epistemologia pautada no empirismo lógico, como às recentes abordagens sistêmicas de pesquisa sócio-política (incluindo o behaviorismo, o estruturalismo, o funcionalismo, etc.).

A ciência social *interpretativa* emergiu como “a response to the crisis of the human sciences that is constructive in the profound sense of establishing a connection between what is studied, the means of investigation, and the ends informing the investigators” (Rabinow; Sullivan, 1997, p.14-15). Ou seja, pondo em questão o significado da investigação e a própria a inserção do investigador no seu campo de pesquisa, ressaltando a noção de que ele mesmo é um ser histórico e situado e que pertence ao mesmo grupo de objetos a que se propõe estudar, o que, conseqüentemente, evidencia seus comprometimentos (por mais implícitos que sejam) com uma determinada cultura, linguagem, moral, etc., e levam o debate para além de aspectos teórico-

metodológicos, mas para a sociedade largamente compreendida e para as institucionalizações formais do saber⁹.

O escopo desta pesquisa, pois, consiste no *estado da arte* do debate sobre esta inquietação teórico-metodológica. A hipótese com a qual se está trabalhando é a de que o período das décadas de 1960 e 1970 foi um dos períodos em que a noção de interpretação passou por profundas transformações, deixando de ser tomada como uma mera técnica dentre outras para perscrutar a realidade social para ser compreendida como fundamento das ciências sociais como conhecimento relativo ao ser humano, bem como a condição primeira da relação entre os seres humanos e o mundo. Por conseguinte, pretende-se indagar em que pontos uma ciência social vinculada em demasia a pressupostos das ciências naturais se tornou problemática e incômoda, e de que maneira as polêmicas nas disciplinas sociais nos anos 1960 e 1970 colocaram em debate acadêmico o próprio *status* científico das ciências sociais¹⁰, quando não a compreensão da natureza da própria ciência.

1.2 Problematicando a reconstituição histórica das idéias

A disposição metodológica da presente pesquisa pode ser justificada de duas maneiras diferentes. Em primeiro lugar, a decisão sobre o modo como encarar a bibliografia, importante em qualquer pesquisa, mas vital em uma pesquisa estritamente bibliográfica; deu-se convicção de que a temática da interpretação a ser pesquisada possui afinidades com o foco e o teor da discussão técnico-metodológica desenvolvida pela Escola de Cambridge. E no decorrer da presente seção se tratará mais detalhadamente destas afinidades.

⁹ “Interpretation is not simply a tool in the kit of instruments of explanation. [...] As one theoretical alternative, interpretive theory looks to engage competing theoretical perspectives and alternative and complementary accounts of social and political life as well as the public life it interprets” (Gibbons, 2006, p. 570).

¹⁰ “If we are correct, the crisis of social science concerns the nature of social investigations itself. The conception of the human sciences as somehow necessarily destined to follow the path of the modern investigation of nature is at the root of this crisis. [...] The interpretive turn refocuses attention on the concrete varieties of cultural meaning, in their particularity and complex texture, but without falling into the traps of historicism or cultural relativism in their classic forms. For the human sciences both the object of investigation – the web of language, symbol, and institutions that constitutes signification – and the tools by which investigation is carried out share inescapably the same pervasive context that is the human world”. (Rabinow; Sullivan, 1987, p. 5-6).

Muito possivelmente o primeiro motivo possui intrínsecas conexões com o segundo, a saber, o período em que as primeiras formulações da Escola de Cambridge começaram a ser formuladas e que coincide com o momento da *virada interpretativa*.

Portanto, ao mesmo tempo em que a *metodologia* da Escola de Cambridge é o caminho escolhido para a presente investigação, algo que informa a pesquisa, ela não deixa de ser considerada como um dos lances intelectuais que a exemplificam.

A disciplina de História Intelectual, na qual se enquadram as considerações dos membros da Escola de Cambridge, também teve de lidar, nos anos 1960, com questionamentos polêmicos nas fundações de suas abordagens mais tradicionais.

O modo mais consolidado de fazer História Intelectual é aquele que encara a interpretação textual como uma fonte das questões perenes que (desde os gregos mais ilustres) conduzem a humanidade a um conjunto de preceitos de educação cívica¹¹.

Outra abordagem, porém, faz menção aos textos como peças fundamentais da construção do social, abordando-os a partir de uma metodologia contextualista, relacionando as idéias ao meio (político, social, cultural e lingüístico) em que se formam, transformando a si e ao meio. A esta última abordagem temos como defensores os intelectuais vinculados à Escola de Cambridge¹².

Na realidade, não existe uma proposta metodológica única partilhada pelos três principais autores vinculados ao *contextualismo lingüístico* da Escola de Cambridge: John Pocock (1962), John Dunn (1968) e Quentin Skinner (2005); mas seu questionamento e sua rejeição dos modos convencionais de compreensão histórica sem dúvida suscitam afinidades em suas obras.

As orientações metodológicas de Pocock seguiam na direção de tornar relevantes para a pesquisa historiográfica “the different languages

¹¹ Quentin Skinner, membro da Escola de Cambridge e opositor desta vertente, descreve o argumento textualista da seguinte maneira: “The whole point, it is characteristically said, of studying past works of philosophy (or literature) must be that they contain (in a favored phrase) ‘timeless element’, in the form of ‘universal idea’, even a ‘dateless wisdom’ with ‘universal application’” (Skinner, 1969, p.4).

¹² De fato, Skinner (1969) também atacou os proponentes do contextualismo sociológico, contra o qual sua ofensiva mais certa é a de que, se pretendemos compreender o porquê de um autor ter escrito algo a partir da realidade sócio-política de sua época, como seria possível que um mesmo contexto pudesse engendrar pensamentos tão dispares, como de fato o faz? Seu contextualismo lingüístico diferenciou-se desta abordagem por se deter principalmente nas convenções lingüísticas nas quais se moviam os escritores de dada época evitando, assim, o determinismo material (sócio-econômico) na análise das idéias.

of discussion that were in use, and the different levels of abstraction which they normally implied” para que se pudesse compreender de que maneira “a given controversy was conducted or a given thinker developed his ideas” (Pocock, 1962, p.200), evidenciando as conexões entre pensamento e comportamento político num momento histórico ao mesmo tempo em que evidenciava a conexão dos textos (motivação dos autores individuais) e abstrações das tradições intelectuais – as quais, entre outras coisas, podem ser lidas como consenso.

Quanto a Dunn, este seguiu enfaticamente a convicção de Pocock de a historiografia do pensamento ser como a *história de uma atividade*¹³ a qual, portanto, deveria combinar “an adequate philosophical account of the notions held by an individual in the past and an accurate historical account of these notions” (Dunn, 1968, p.14) para melhor alcançar tanto a especificidade histórica como a sofisticação filosófica de determinados corpos teóricos ou obras.

A princípio pode-se acreditar que não há diferenças, por exemplo, da proposta de Foucault, para quem o enraizamento do saber deveria ser desvendado através de uma arqueologia, uma reflexão constante que pretenderia perscrutar a historicidade das relações (de forças políticas, econômicas, religiosas, científicas) por detrás daquilo que se considera como a natureza das coisas e do pensamento (seja este representado pelas ciências humanas, pelas ciências empíricas, pelos modelos filosóficos ou por nenhum destes especificamente)

Entretanto, existe em última instância um ponto divergente inegável entre a proposta de Foucault e a da Escola de Cambridge: a questão da intencionalidade do autor.

“Como toda atividade humana, a atividade discursiva ocorre num contexto que simultaneamente a restringe e capacita”¹⁴. Desta forma, para os membros da mencionada Escola “a reconstituição do contexto lingüístico de um autor é relevante na medida em que nos ajuda a recuperar a intenção do autor ao efetuar determinada ação”,

¹³ Os membros da Escola de Cambridge parecem estar de acordo com a falta de *história* nas abordagens mais consolidadas de *História das idéias*. Nas palavras de Dunn (1968, p.15) “All these enterprises are recognized, and properly recognized, as forming part of a pursuit which can be labeled as ‘the history of ideas’. Yet none of them is necessarily bound to (and few ever in fact do) provide any sort of historical account of an activity which we would recognize, in common sense terms, as ‘thinking’”.

¹⁴ O que Skinner (1969) qualificou como *racionalidade situada*. O autor, como agente social, ao escrever fá-lo-á a partir de algum contexto (político, moral, sócio-histórico), com algum motivo (de exercer algum efeito em algum campo, de incentivar algum tipo de ação ou comportamento) e esta ação de escrever, posicionar-se, resultará em algo (nem sempre em concordância ao que se pretendia no início).

solucionando o problema da interpretação, do fechamento do contexto, a partir da “intenção do orador”¹⁵. Tal abordagem, portanto, distingui-se tanto da perspectiva foucaultiana, que se aproxima mais da *morte do autor*, enunciada por Roland Barthes, o qual enfatizava a escrita, fazendo do autor o produto do ato de escrever; como das já mencionadas perspectivas de idéias perenes, as quais viam as teorias como construções racionais¹⁶, passando “ao largo da dimensão humana da atividade de pensar, caracterizada por sua ‘incompletude, incoerência, instabilidade’ e pelo esforço humano para superar essas características” (Silva, 2009, p.303).

Tal ataque contra os “elementos intemporais” e a “sabedoria sem tempo” das abordagens textualistas foi sistematicamente desenvolvido por Skinner (1969, p.4), o qual ainda virou-se contra o contextualismo sociológico e sua presunção de compreender as idéias de um dado texto exclusivamente a partir de seu contexto social. Esta investida, segundo Skinner, reforça a visão de que “o papel das idéias na sociedade e na política é desprovido de autonomia e eficácia” tornando, conseqüentemente, as idéias reflexos de uma “‘realidade material’ ontologicamente anterior ao – e determinante do – mundo da linguagem”¹⁷ (Silva, 2009, p.305) e falhando, por exemplo, na explicação destes textos ao ignorar o fato de um mesmo período

¹⁵ “If a statement is considered in a fully open context, its meaning may be any lexically possible set of colligations of the uttered propositions. A man might mean by it anything that a man might mean by it. The problem of interpretation is always the problems of closing the context. What closes the context in actuality is the intention (and, much more broadly, the experiences) of the speaker [...] the problem of the historian is always that *his* experience also drastically closes the context of utterance; indeed all too readily turns a fact about the past into a fact about the intellectual biography of the historian” (Dunn, 1968, p. 26-27).

¹⁶ “[...] written as a saga in which all the great deeds are done by entities which could not, in principle, do anything. [...] It’s protagonists are never humans, but only reified abstraction – or, if humans by inadvertence, humans only as the loci of these abstractions” (Dunn, 1968, p. 13).

¹⁷ Asserção coerente com a proposta da *virada interpretativa* em si. “Let us be clear. What we want to understand is not something behind the cultural object, the text, but rather something in front of it. We approach the text as a human project. To understand a text is to follow its movements from sense to reference, from what it says to what it talks about. [...] As a model of text interpretation, understanding has nothing to do with an immediate grasping of a foreign psychic life or with an emotional identification with mental intention. Understanding is entirely mediated by the procedures that precede it and accompany it. The counterpart of this personal appropriation is not something which can be felt. It is the dynamic meaning identified earlier with the reference to the text, that is, the power of disclosing a world¹⁷. [...] The aim is not to uncover universals or laws but rather to explicate context and world” (Rabinow; Sullivan, 1997, p.13-14), sendo que pela palavra *world* os autores compreendem “the most general term for the holistic totality of cultural meaning pointed at by the notion of ‘context’”. (Rabinow; Sullivan, 1997, p.14)

histórico ser palco das mais diversas e contrastantes idéias. Enfim, a questão desta pesquisa, bem como a maneira de abordá-la, coloca-se primordialmente quanto à possibilidade de compreensão dos textos históricos (das décadas de 1960 e 1970) vinculada as considerações da Escola de Cambridge, para a qual a intencionalidade dos autores trabalhados é levada em conta sem que se ignore aquilo que se convencionou chamar de *contexto lingüístico* e de *contexto sócio-político*.

A grande quantidade de leituras que pressupõe este trabalho torna forçoso algum tipo de restrição do campo. Para tal, pretende-se mapear diferentes argumentos, relativos aos pressupostos epistemológicos e metodológicos no tocante à conceituação da interpretação numa comparação monográfico-panorâmica (Eco, 2001, p.10).

O foco no debate (tanto em sua forma sincrônica, na disposição clara de interlocutores e diálogos, como no rastreamento de influências e discordâncias ao longo do tempo) permite reconstituir as polêmicas e argumentações quanto à noção de interpretação em sua complexidade e polifonia original, visto que a *virada interpretativa*, mesmo em suas décadas de origem, nunca almejou padronizações de conceitos ou métodos nem, diga-se de passagem, formulou um conceito homogêneo, inequívoco e universal de interpretação.

Capítulo 2 – Abordagens interpretativas nas ciências sociais

2.1 Influências interpretativas

Antes de tratarmos de modo mais sistemático os argumentos relativos à proposta interpretativa para as ciências sociais desenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970, uma breve recuperação da procedência da preocupação quanto à compreensão nas ciências humanas se faz necessária.

2.1.1 Correntes compreensivas do século XIX e início do século XX

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, filósofos alemães se voltaram às multifacetadas tradições do Idealismo Alemão e da Hermenêutica para discutirem as fundações filosóficas das ciências humanas e suas relações com as ciências naturais (Bevir, 2007, p.3). As discussões que se seguiram fomentaram muitos dos enunciados clássicos sobre a compreensão histórica e tal se deve, dentre outras razões, pela preocupação em se tomar consciência “do grande êxito da cultura alemã do século XIX, a saber, a invenção da história como ciência de primeira grandeza” (Ricoeur, 1977, p.23).

O que caracterizamos hoje pejorativamente como *historicismo* exprime inicialmente um fato de cultura, “a transferência de interesse das obras-primas da humanidade sobre o encadeamento histórico que as transportou” (Ricoeur, 1977, p.23)¹⁸. A compreensão histórica (*verstehen*) se refere à apreensão do conteúdo intencional vinculado a ações humanas. Como abordagem distintiva das ciências humanas, baseia-se na idéia de que a natureza significativa da ação requer uma epistemologia distinta na forma de compreensão histórica. E a abordagem hermenêutica de Wilhelm Dilthey se situa justamente no pacto entre a hermenêutica e a história: se por um lado, o texto é encarado como a realidade e seu encadeamento, por outro, antes da coerência de um texto vem a da história, a mais fundamental *expressão da vida*.

¹⁸ E, segundo Ricoeur (1977, p.23-24) o descrédito do historicismo deve-se a outro fato de cultura “que nos leva a privilegiar o sistema em detrimento da mudança, a sincronia em detrimento da diacronia”.

Entretanto, há outro fato cultural relevante para a compreensão dos argumentos de Dilthey: a ascensão do positivismo enquanto filosofia, a apologia à explicação empírica das ciências naturais e ao conhecimento experimental. Portanto, para fazer justiça ao conhecimento histórico, conferindo-lhe uma dimensão científica, Dilthey tentou dotar as ciências do espírito de uma metodologia e epistemologia tão respeitáveis quanto às da ciência da natureza, o que o guiou à busca a solução para o problema da inteligibilidade do histórico (“como o conhecimento histórico é possível? [...] Como as ciências do espírito são possíveis?” (Ricoeur, 1977, p.24)), numa reforma epistemológica – formuladas em consonância o movimento neokantiano do período.

Segundo Dilthey, a atividade humana é caracterizada por uma dimensão psíquica interior que é ausente nos fenômenos estudados nas ciências naturais. Esta diferença ontológica de estatuto entre a coisa natural e o espírito implica a oposição central na obra de Dilthey entre *explicação* (da natureza) e *compreensão* (da história). “Toda ciência do espírito”, isto é, as modalidades do conhecimento do homem que implicam uma relação histórica “pressupõe uma capacidade primordial: a de se transpor na vida psíquica de outrem. No conhecimento natural, o homem só atinge fenômenos distintos dele, cuja coisidade fundamental lhe escapa. Na ordem humana, pelo contrário, o homem conhece o homem” (Ricoeur, 1977, p.24-25).

[...] this means that whereas natural phenomena can be described and explained in terms of empirical observation, human behavior requires us to understand the psychic world that informs, motivates, and constitutes historical and social phenomena. [...] This inner reality is expressed or externalized in literature, art, language, historical documents, laws, rituals, and institutions. That externalized meaning must be interpreted in terms of its own historical context for an accurate understanding of the phenomena in question. (Gibbons, 2006, p.564)

Uma vez que para geração neokantiana a qual pertence Dilthey o indivíduo (considerado em suas relações sociais, mas fundamentalmente singular) é tido como a base para as ciências humanas, a psicologia é considerada a ciência fundamental para as ciências do espírito (Ricoeur, 1977, p.25), e é nela que ele procura o traço distintivo do compreender.

Na visão de Dilthey, portanto, a hermenêutica preocupa-se com questões de compreensão das formações lingüísticas externamente dadas apreendendo o conteúdo mental expressado por meio destas na forma de textos escritos ou de comunicação oral, estruturas gramaticais e gêneros literários, em suma, todo o tipo de “externalized meaning” ao qual se fez menção acima.

Às vezes, Dilthey chega a identificar a compreensão hermenêutica com uma re-criação intuitiva e imaginativa dos conteúdos internos da psique de outrem possível graças a *empatia* do homem com tudo o que é relativo à humanidade. Os estudiosos deveriam se transferir a um dado complexo de manifestações de vida de uma maneira que os possibilitasse experienciar realmente o fluxo temporal dos eventos históricos no âmbito de sua própria psique (Bevir, 2007, p.4).

Em escritos posteriores, porém, Dilthey minimizou a importância de processos psíquicos individuais, no lugar dos quais estabeleceu o *espírito objetivo* como centro da compreensão histórica. O espírito objetivo se refere ao conjunto de objetificações (*objectifications*), manifestações exteriores, que compreende uma sociedade em certa época. Para Dilthey, essas objetificações compartilham um estoque comum de idéias, atitudes e ideais. Do mesmo modo como nossa compreensão cotidiana das objetificações que nos rodeiam é sempre obtida por referência a essas convenções comuns, a compreensão histórica pode ser obtida apenas por referência a essas mesmas convenções, localizando manifestações individuais dentro de um contexto comum (Bevir, 2007, p.4-5).

Porém, com a centralidade da psicologia¹⁹, a “passagem da compreensão, definida amplamente pela capacidade de transpor-se em outrem, à interpretação, no sentido preciso da compreensão das expressões da vida fixadas pela escrita” coloca um problema (Ricoeur, 1977, p.26): a partir de que fundamentos um processo mental ocorrendo no âmbito da experiência subjetiva do historiador pode ser reconhecido como uma interpretação válida de um fenômeno histórico dado?

Segundo Bevir (2007, p.5) Dilthey trata a questão da objetividade não como metodológica, mas sim como uma questão de filosofia. Ele não a responde oferecendo um procedimento que, se seguido pelos historiadores, garantiria a validade de suas interpretações. Em vez disso, ele oferece um argumento ontológico que valida a re-criação de

¹⁹ “Se o empreendimento permanece psicológico em seu fundo, é porque confere, por visada última, à interpretação, não *aquilo* que diz o texto, mas *aquele* que nele se expressa” (Ricoeur, 1977, p.28)

experiências passadas de outros na mente do historiador, posicionando-se sobre a identidade do sujeito e do objeto do conhecimento. Nesta visão, a compreensão é um modo universal de cognição que é atualizada no fluxo histórico da experiência vivida e a esse respeito, ambos o sujeito e o objeto da interpretação histórica são idênticos.

Nas palavras de Dilthey (*apud* Bevir, 2007, p.5):

“The primary condition for the possibility of historical science is contained in the fact that I am myself a historical being and that the one who investigates history is the same as the one who makes history. [...] Lived experience contains the totality of our being. It is this that we re-create in understanding”.

Mas mesmo que a hermenêutica se constitua em sua obra como uma camada objetivada da compreensão, graças às estruturas essenciais do texto e da conexão interna inerente ao encadeamento do conhecimento histórico (Ricoeur, 1977, p.27) o problema da objetividade permanece inelutável – visto a pretensão de se contrapor ao positivismo como uma concepção autenticamente científica de compreensão – e insolúvel, pois Dilthey procurou fora do campo da interpretação, na psicologia, a fonte de sua objetivação.

Outro expoente no debate quanto ao estatuto histórico e interpretativo das ciências humanas foi Max Weber, ao declarar – em consonância com a corrente neokantiana à qual já se fez menção – que, diferentemente das ciências naturais de cunho nomotético (preocupadas com a formulação de leis gerais e conceitos abstratos), as ciências sociais estão preocupadas com os aspectos únicos e individuais da realidade (Bevir, 2007, p.7). Caberia, pois, à sociologia o esforço de compreensão da ação social, incluindo-se sob esta categoria todo o comportamento humano quando e na medida em que o indivíduo atuante atinge significados subjetivos a ela.

Movido também pelo esforço de contrapor ao positivismo uma abordagem para as ciências humanas mais adequada às suas peculiaridades, Weber afirma que uma explicação cientificamente válida continua a ser a explicação causal. Porém, nas ciências humanas, devido à dimensão interpretativa requerida, a causalidade deve assumir uma forma específica. Similar a Dilthey, para Weber a importância da interpretação vem do fato de que nas ciências sociais se está preocupado com “psychological and intellectual (*geistig*) phenomena”, e em particular com o fato de que a ação social é “inherently driven by the

subjective motive of the actor". Conseqüentemente, "causal explanation in the social sciences depends on demonstrating a concrete relation between a specific action and its subjective motivation, not on formulating general causal laws." (Bevir, 2007, p.6-7)

Assim, para Weber

a merely "subjective", empathetic understanding of the motive of an action could not by itself constitute an empirically valid explanation: *verstehen* must be supplemented by causal analysis. So, in order to gain empirical validity, a proposed interpretation must satisfy a double criterion of "adequacy". First, an interpretation must be "subjectively adequate", that is, it must be amenable to empathetic "reproduction" in the sense of being intelligible within the framework of our basic modes of thinking. Second, it must be "causally adequate", that is, there must be a reasonable, demonstrable probability that the hypothesized motive would "normally" yield the observed action. (Bevir, 2007, p.7)

A passagem entre esses dois momentos da atividade sociológica (os processos de *compreensão* e *explicação*) são conectados, na obra de Weber, pela noção de *tipos ideais*.

Fundamentados epistemologicamente pela idéia de racionalidade como processo cognitivo último do ser humano (a partir do qual ele dá significado às suas ações); tipos ideais são construções conceituais que não tem necessariamente correlações diretas na realidade, mas que permitem ao sociólogo perceber a causalidade dos eventos, por exemplo, quando o curso atual da ação desvia do tipo ideal formulado, visto fornecer ao cientista social um referencial a partir do qual este pode dissertar sobre os fatores, motivos e significados envolvidos na ação.

Não obstante, o individualismo metodológico de Weber, segundo o qual a compreensão histórica deve focar nas crenças e motivações dos indivíduos já que coletividades e organizações não tem vida subjetiva próprias; sua ênfase no significado subjetivo da ação e sua formulação de *verstehen*, que destaca a qualidade empática da interpretação, trouxeram questionamentos à objetividade da pesquisa social, uma vez que se podia argumentar que o projeto interpretativo negligenciava a dimensão social da ação social (Gibbons, 2006, p.564).

Além desta acusação, outras críticas foram dirigidas às abordagens de cunho interpretativo do final do século XIX e início do século XX. A concepção de *verstehen* foi qualificada como uma operação intuitiva, quase-mítica "that resembles the work of an artist more than that of a scientist" (Bevir, 2007, p.2). Também se argumentou "that the self understanding of social life was either irrelevant or at best of heuristic value [...] although *verstehen* may be a useful instrument of discovery, it is not a procedure of scientific verification" (Gibbons, 2006, p.564). E apesar de não terem desaparecido, a estabilização do positivismo como epistemologia dominante nas ciências sociais tiveram como efeito a gradativa marginalização das correntes interpretativas.

Entretanto, a insatisfação com o *mainstream* positivista das ciências sociais, culminando na segunda metade da década de 1960, revitalizou o debate em torno da noção de compreensão, questionando o modo como vinha sendo utilizada por cientistas sociais, como mera técnica de geração de hipóteses, ao enfatizar o conteúdo filosófico da *verstehen*, concebida como uma análise do que significa fundamentar as ciências humanas no reconhecimento do caráter significativo da ação humana.

Contudo, o debate das décadas de 1960 e 1970 não se pautavam agora apenas nos desenvolvimentos iniciais das correntes compreensivas das ciências sociais de Dilthey ou Weber. Como veremos adiante,

the question of interpretation in contemporary social and political inquiry necessarily goes beyond empathy and the interpretation of subjective meaning of political action and beyond epistemological issues. [...] Its emphasis on the importance of language and complex social-cultural background, its emphasis on the expressivist dimension of language in moral evaluation, its conception of political inquiry as practical reason, and its views of the evaluative element inherent in political explanation all mark it as an alternative to empirical-rationalist approaches to political inquiry. (Gibbons, 2006, p.570)

A seção seguinte tratará brevemente das formulações filosóficas que possibilitaram um novo fôlego à abordagem interpretativista.

2.1.2 Desdobramentos filosóficos da segunda metade do século XX

a. Ludwig Wittgenstein

As *Investigações Filosóficas* do Wittgenstein²⁰ tardio, em suas considerações sobre a modificação da compreensão do *significado* de uma expressão de algo como uma *figuração* para seu *uso ou aplicação na linguagem* (Costa, 2007), trouxeram o arcabouço filosófico necessário para que se pudesse compreender a inquietação crescente quanto às bases positivas da epistemologia dominante nas ciências sociais.

A filosofia da linguagem desenvolvida no *Tractatus Logico-Philosophicus*, segundo o próprio Wittgenstein tardio, falhou em sua tentativa de “construir a linguagem e o mundo a partir de elementos atômicos” justamente por ignorar “o modo como a linguagem efetivamente funciona” (Costa, 2007, p.35).

“As palavras”, escreveu Wittgenstein, “só adquirem significado no fluxo da vida; o signo, considerado separadamente de suas aplicações, parece morto, sendo no uso que ele ganha seu sopro vital.” As nossas expressões adquirem diferentes funções, de acordo com o contexto no qual elas são empregadas, modificando-se, assim, o que se quer dizer com elas. (Costa, 2007, p.38)

Essa abordagem exige que se considere a linguagem como “divisível em um sem-número de sublinguagens, regiões e domínios mais ou menos específicos da linguagem natural e técnica” denominados *jogos de linguagem* (Costa, 2007, p.40).

O jogo de linguagem liga convencionalmente a expressão ao contexto no qual ela é proferida, fixando assim o modo específico de sua aplicação. *Um significado de uma expressão* pode ser assim concebido como sendo *o seu modo de uso, determinado pelas regras de um jogo de*

²⁰ Desenvolvimentos posteriores da sugestão wittgensteiniana de que “a linguagem se esclarece através da ação” foram sistematizados em certa direção e de uma maneira muito original pelo filósofo inglês J. L. Austin, os quais serviram de base para o projeto de *pragmática universal* de Jürgen Habermas (segundo Costa, 2007, p.43). Entretanto, devido à complexidade do movimento da *virada lingüística*, far-se-á apenas uma brevíssima discussão em torno de Wittgenstein.

linguagem pertencente a uma forma de vida (Costa, 2007, p.41, grifo do autor).

Enfim, grande parte da contribuição da reflexão filosófica lançada por Wittgenstein foi estabelecer a filosofia como uma “battle against the bewitchment of our intelligent by means of language” (Wittgenstein *apud* Tully, 1989, p.200), trazendo o uso da linguagem para o primeiro plano da investigação e apresentando novos elementos para o debate frente à abordagem positivista.

A partir das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, filósofos como Peter Winch argüíram que, exatamente porque comportamento e instituições sociais são amplamente constituídos por conceitos, idéias e crenças disponíveis para os atores, a explicação da ação social deve lidar com estes fatores. Estas idéias adquirem seu significado apenas em relação com a linguagem e práticas dentro das quais se desenvolveram, o que destaca questões de investigação social marginalizadas na abordagem positivo-empiricista o afirmar que, em suma, práticas e relações sociais são elas mesmas expressões de idéias sobre relações entre seres humanos. (Gibbons, 2006, p.565)

b. Alfred Schütz

Da obra do filósofo fenomenologista Edmund Husserl, parte a preocupação de Alfred Schütz (1899-1959), filósofo e sociólogo, com o “mundo da vida”, a vida cotidiana, bem como a com o papel que a linguagem desempenha nela.

Para Husserl, lidar com o mundo implica partir de um modo de intencionalidade espontânea (ou seja, um modo como o ser humano consciente vive, age, percebe e interpreta e que faz sentido para ele) que se baseia na afirmação de que toda consciência é sempre consciência de alguma coisa: assim, a experiência é a atenção dirigida para objetos – reais, imaginários, materiais ou ideais, e estes objetos se tornam “intencionados”, não são mais considerados objetos do mundo exterior, e sim como “unidades de sentido” no “mundo interior”²¹.

Ao trazer a Filosofia Fenomenológica de Husserl ao encontro da sociologia compreensiva de Weber, Schütz evidenciou a base intersubjetiva da linguagem, estendendo-a além das consciências

²¹ É interessante como o neokantismo weberiano se assemelha a esta idéia: o mundo da experiência humana é um mundo de “aparências” aperceptivas na mente humana. Porém, Husserl difere de Kant ao afirmar essa preocupação com a experiência subjetiva tanto em relação aos processos conscientes ligados à própria experiência (“noético”), como para o objeto desta (“noemático”, que para Kant é impossível de ser alcançado).

individuais e da subjetividade e, de certa forma, aproximando-a do conceito de *ação social* de Weber. “O fenomenologista deve examinar não só a ‘experiência de si próprio do eu’, mas também ‘a experiência, que dela deriva, de outros eus e da sociedade’” (Schütz, p. 9).

Portanto, quando Schütz se refere a “estoque de conhecimento”, “àquilo que une as consciências individuais na unidade fenomenológica da vida social”, a intersubjetividade é tratada como uma sociedade de pessoas que compartilham uma vida consciente. Esta vida de que falam Husserl e Schütz, bem como a nossa própria consciência dessa pluralidade de “eus”, opera além do simples compartilhamento de nossa consciência, mas também estabelece a diferença entre “si próprio” e “outro” que todos experimentamos e que nos apresenta, em resumo, as características da vida social.

A definição weberiana de *relacionamento social* “como a conduta de diversas pessoas que, conforme um dado contexto de significado, se dirigem e orientam umas com relação às outras” faz com que este só exista “completa e exclusivamente quando a ação social ocorre de uma maneira significativa previsível” (Schütz, p. 11). Ou seja, só existe relação social e comunicação efetiva a partir de um plano de fundo de conhecimento compartilhado²².

O modo como a linguagem é considerada na análise de Schütz relaciona-se, portanto, além de seus aspectos puramente técnicos, ao modo como frases e termos já estabelecidos constituem-se numa “pré-interpretação” do mundo designado pela linguagem, o que subentende toda uma gama de construções histórico-sociais que vinculam os atores a determinados papéis e padrões cognitivos de comportamento, quando não, apenas pelo uso de determinadas expressões.

“Toda a interpretação deste mundo está baseada em uma reserva de experiências prévias, as nossas ou as que nos foram transmitidas por nossos pais ou professores; estas experiências, em forma de ‘conhecimentos disponíveis’, funcionam como esquemas de referência”, no interior de um

²² Essa noção de intersubjetividade teve bem seus seguidores na *virada interpretativa*, como Charles Taylor, para quem *intersubjetivo* é entendido como uma parte do mundo comum de referência no qual os indivíduos se encontram e no qual agem; não sendo apenas significados compartilhados, mas pontos comuns de referências de todos os debates, da vida pública (Taylor, 1985, p. 39).

estoque de conhecimentos disponíveis. [...] “Quando eu coloco uma carta na caixa do correio, espero que pessoas desconhecidas, chamadas de empregados dos correios, ajam de maneira típica, que aliás me escapa em parte, obtendo como resultado que minha carta atinja o destinatário em um tempo típico razoável” (Schütz *apud* Corcuff, p. 91-92).

Entretanto, para Schütz, as ações do homem não são inteiramente predeterminadas. “Mesmo na situação mais coercitiva. Um homem pode decidir não agir conforme lhe é ordenado, se estiver disposto a aceitar as conseqüências da desobediência” (Schütz, p. 29), e é por isso que a sociologia compreensiva de Weber foi tão importante na edificação da teoria de Schütz.

Outra contribuição importante da obra de Schütz refere-se à relação entre o conhecimento cotidiano e a análise científica que se faz sobre ele, os chamados “constructos de primeiro e segundo grau”. O significado de um enunciado ou de uma ação, segundo Schütz, remete-se tanto aos motivos atribuídos pelo ator à sua conduta, como também aos que o sociólogo imputa à conduta de um ator observado. “Na base do conhecimento erudito do mundo social, há então seu conhecimento comum”; ou ainda:

Os objetos de pensamento, construídos pelos pesquisadores em ciências sociais, baseiam-se em objetos de pensamento construídos pelo pensamento corrente do homem que leva sua vida cotidiana entre seus semelhantes e se refere a eles. Assim, as construções utilizadas pelo pesquisador em ciências sociais são, por assim dizer, construções de segundo grau, sobretudo construções de construções edificadas pelos atores na cena social, cujo comportamento é observado pelo homem de ciência que tenta explicá-lo, respeitando as regras de procedimento de sua ciência. (Schütz *apud* Corcuff, p. 91)

c. Jürgen Habermas

Finalmente, a menção da contribuição da Escola de Frankfurt, personificada na obra de Jürgen Habermas, permite exemplificar toda a discussão filosófica acerca da linguagem em uma teoria mais consistentemente aplicada na ciência social.

Retrospectivamente considerada (Finlayson, 2005), a Escola de Frankfurt configura-se como uma minoria intelectual, opondo-se à tradição europeia reinante do neokantismo e à tradição Anglo-austriaca do empiricismo lógico.

Na visão de Horkheimer, fundador da Escola, a teoria crítica deveria ser uma nova e interdisciplinar atividade teórica, embasada na filosofia dialética de Hegel e Marx, juntamente às relativamente novas disciplinas de psicanálise, sociologia alemã, antropologia e apoiada em filósofos críticos como Friedrich Nietzsche (1844–1900) e Arthur Schopenhauer.

A Escola de Frankfurt esteve entre as primeiras a abordar questões de moralidade, religião, ciência, razão e racionalidade a partir de uma variedade de perspectivas e disciplinas simultaneamente. Ao trazer diferentes disciplinas para o mesmo campo de investigação, poder-se-ia alcançar o que seria impossível apenas trabalhando dentro de domínios acadêmicos crescentemente estreitos e especializados. Desafiando assim a noção disseminada de que a abordagem empírica das ciências naturais era a única válida.

Na concepção dialética do conhecimento de Hegel, os fatos e nossas teorias são parte de uma dinâmica histórica constante na qual o modo como vemos o mundo e o mundo em si mesmo, determinam-se reciprocamente. Deste pressuposto, depreende-se que a tarefa da teoria deve ser também prática, não apenas teórica, isto é: deve almejar não apenas o entendimento correto sobre as coisas, mas também criar condições sociais e políticas mais apropriadas ao florescer humano do que as condições presentes.

De fato, a Escola de Frankfurt deve muito ao Iluminismo, mesmo que seus fundadores (Horkheimer e Adorno) tenham perscrutado uma nota sinistra no fato de que a ciência e a racionalidade servem não só a fins emancipatórios, mas também à necessidade subjacente ao homem de manipular e controlar a natureza externa. Não apenas a ciência e a tecnologia, mas a própria racionalidade está implicada na dominação.

Não obstante, Habermas desenvolveu uma teoria muito mais otimista quanto às possibilidades emancipatórias da racionalidade. Por meio de seu estudo aprofundado sobre a evolução das estruturas normativas e do desenvolvimento da consciência moral, conseguiu desenvolver uma concepção muito mais rica do social e de associações humanas do que as teorias marxistas usualmente permitem.

A mobilização da teoria marxista na obra de Habermas, juntamente a vinculação do autor às tradições do pragmatismo americano e da hermenêutica alemã – em suas pressuposições

compartilhadas de que a filosofia deve encontrar sua casa na, e preservar sua conexão com a vida cotidiana – põe em evidência as vidas e experiência de pessoas reais no mundo real na dimensão de análise teórica.

Com esta base, Habermas desenvolveu sua crítica à tecnologia e à ciência, bem como aos modos cientificistas e positivistas de pensar. Mesmo que melhor disposto com o positivismo lógico do Círculo de Viena do que Adorno e Horkheimer foram, Habermas permaneceu crítico à visão de que todo o conhecimento, particularmente o conhecimento do mundo social, deve se conformar aos cânones da ciência natural. Eventualmente, até chegou a desenvolver a visão de que diferentes tipos de conhecimento (teórico, prático, crítico) tomam forma dentro de diferentes quadros e servem a diferentes interesses humanos.

Em suma, a contribuição da teoria moral, política e social de Habermas reflete o fato de que sociedades modernas são altamente complexas e que as esferas usualmente consideradas separadamente pelo *mainstream* lógico-empiricista das ciências sociais (como elementos de *fato* e *valor*) são intrinsecamente relacionados.

2.2 A virada interpretativa

Como podemos notar nas seções anteriores, as preocupações quanto à dimensão interpretativa dos seres humanos não surgiu de repente com a *virada interpretativa* das décadas de 1960 e 1970. Contudo, parte importante da especificidade desse período em relação às abordagens do século XIX, início do XX, foi exatamente incorporar no debate sobre o *status* ontológico da compreensão²³ (nas relações sociais em si, bem como no estudo destas) as considerações sobre a formação e o papel que a linguagem toma na composição do mundo sócio político e cultural²⁴.

²³ De fato a idéia de que a interpretação é a ligação fundamental entre ser humano e mundo não nasceu nos anos 1960, mas começou a ser desenvolvida nos anos 1930, p. ex. nas obras de Husserl, no campo da Fenomenologia, e nas de Heidegger, para quem o ser extravasa o conhecer.

²⁴ “Desde o século XVII, a verdadeira tarefa da filosofia consiste em conciliar essa nova investida do saber-fazer e do poder-fazer com o todo de nossa experiência humana de vida. Isso se manifesta em muitos fenômenos, atingindo inclusive a tentativa da geração atual de colocar no ponto central da filosofia o tema da linguagem. A linguagem constitui-se no modo fundamental de realização de nosso ser-no-mundo, a forma de constituição de mundo que tudo envolve.” (Gadamer, 1966, p.255)

Vale lembrar que até a segunda metade da década de 1960 “the prevailing point of view [had] been that the battle over the scientific status of the social sciences [had] been won, and that the central task now [was] to get on with the serious business of empirical research and theory construction” (Bernstein, 1990, p.32)

De fato, a relevância do estudo da filosofia política e social não foi excluída, mas a declinação da reflexão especulativa e filosófica na ciência política e social como um todo se deveu a um temperamento positivista para o qual o problema dos grandes sistemas filosóficos é confundir fato e valor, descrição e prescrição, sem formulações sistemáticas e rigorosas, empiricamente testáveis; o que havia supostamente impedido o desenvolvimento científico do campo dos estudos político-sociais.

Uma concepção adequada do que é ciência envolve, segundo a epistemologia positivista, a clarificação do papel de leis, explicações, teorias²⁵ e dos modos complexos nos quais explicações teóricas são testadas, confirmadas e refutadas²⁶ (Bernstein, 1990, p.33).

Na concepção de Habermas (2009, p.119)

A abordagem behaviourista tem a vantagem de que com ela não surge nenhuma complicação fundamental para a formação teórica. Se aceitamos as suposições fundamentais teórico-comportamentais, podemos proceder como nas ciências naturais: lá como aqui o que está em questão é a derivação e a compreensão de hipóteses sobre uniformidades empíricas.

Entretanto, “se o campo de objetos é designado por meio de uma classe de fatos sociais, que só podem ser concebidos como atos intencionais através de uma interpretação que compreenda o sentido,

²⁵“Theory is a cluster of deductive systems, sharing the same general propositions but having different *explicanda*. [...] The explanation of a phenomenon is the theory of the phenomenon. A theory is nothing – it is not a theory – unless it is an explanation” (Homans *apud* Bernstein, 1990, p.23, grifo do autor)

²⁶“At the core of this naturalistic interpretation is the conviction that the aim of the social sciences is the same as that of the natural sciences. Collecting and refining data, discovering correlations, and formulating testable empirical generalizations, hypotheses, and models, all have important roles to play, but they are not sufficient to establish the social disciplines as mature sciences. There must also be the growth of testable and well-confirmed theories which explain phenomena by showing how they can be derived in nontrivial ways from our theoretical assumptions. At the heart of scientific explanation there must be discovery of and appeal to laws or nomological statements.” (Bernstein, 1990, p.43)

então a formação teórica também não permanece sem ser afetada por isto” (Habermas, 2009, p.119).

A abordagem funcionalista (ou estrutural-funcionalista) nas teorias científico-sociais tenta suprir esta insuficiência.

Quando normas sociais, que institucionalizam padrões ou valores culturais, são concebidas como estruturas em sistemas autorregulados, [...] os processos sociais podem ser analisados com base em hipóteses sobre a conexão empírica compreensível entre expectativas comportamentais organizadas. As funções que elas já sempre possuem, então, para a manutenção ou transformação de um estado sistêmico definido, são expressão da conexão empírica latentemente significativa entre as ações manifestas, ou seja, também subjetivamente significativa entre indivíduos e grupos. Sem um quadro funcionalístico, as hipóteses sobre a conexão empírica de normas sociais só seriam possíveis sob a condição de que essas normas fossem expressão exclusivamente em variáveis de comportamento observável, sob a condição de que, portanto, ações sociais fossem reduzidas a comportamentos e despidas de conteúdo intencional. (Habermas, 2009, p.125)

Assim, enquanto “a abordagem behaviorista restringe a escolha das suposições fundamentais teóricas de um tal modo que as hipóteses legais acabam por se ligar a uma conexão de estímulos e reações comportamentais”, “a abordagem acionista fixa um quadro categorial, no interior do qual são feitos enunciados sobre o agir social” (Habermas, 2009, p.87).

Porém,

it follows that proposed explanations aiming to exhibit the functions of various items in a social system have no substantive content, unless the state that is allegedly maintained or altered is formulated more precisely than has been customary. It also follows that the claims functionalists sometimes advance (whether in the form of ‘axioms’ or of hypotheses to be investigated) concerning the ‘integral’ character of ‘functional unity’ of social systems produced by the ‘working together’ of their pair with the

'sufficient degree of harmony' and 'indispensable part' every element in a society plays in the 'working whole', cannot be properly judged as either sound or dubious or even mistaken. For in the absence of descriptions precise enough to identify unambiguously the states which are supposedly maintained in a social system, those claims cannot be subjected to empirical control, since they are compatible with every conceivable matter of fact and with every outcome of empirical inquiries into actual societies. (Nagel *apud* Habermas, 2009, p.134)

Apesar da crítica de Ernest Nagel²⁷ dirigir-se exclusivamente ao que compreende ser a ineficácia de teorias funcionalistas, um crescente corpo de literatura se propôs a revelar as inadequações empíricas, metodológicas, lógicas e ideológicas das teorias empíricas nas ciências sociais. Segundo Bernstein (1990, p. 26-27), "While there are disputes about how fruitful these theories really are, and in what sense, if any, they approximate the ideal of empirical theory, no responsible social scientist has asserted that we have yet achieved anything comparable to what was achieved in sixteenth and seventeenth-century physical science".

Argumentou-se freqüentemente quanto à relativa *imaturidade* das disciplinas sociais, o que fez com que seus proponentes mais fiéis (como Robert Merton ou Neil Smelser) não duvidassem da possibilidade do alcance de um *status* científico. Entretanto, deve-nos fazer ao menos parar e pensar "when such prominent social scientists as Merton and Smelser, who are knowledgeable about a wide variety of approaches in the social sciences, are unable to come up with anything that genuinely resembles or even approximates explanatory scientific theory." Ou então quando "none of the alternatives proposed to date in sociology or political science have come any closer to offering such theory" (Bernstein, 1990, p.31)

Este paradoxo, ou ao menos, essa tremenda disparidade entre o conceito de teoria empírica endossado por cientistas sociais e o fracasso em alcançá-la, aumentou o número de pensadores a questionar as fundações das ciências sociais concebidas como ciência natural.

²⁷ Ernest Nagel (1901 - 1985) foi um filósofo tcheco-americano da ciência. Junto com Rudolf Carnap, Hans Reichenbach, e Carl Hempel, ele às vezes é visto como uma das principais figuras do movimento do positivismo lógico.

Não obstante, quando consideramos alguns dos desafios à concepção das ciências sociais como genuínas ciências naturais, o problema primário não é a possibilidade ou não de coleta e interpretação dos dados (buscar correlações, generalizações, sugeridas pelos dados, etc.), mas sim o significado desta empresa e que inferências podemos extrair daí (Bernstein, 1990, p.11). "Rather than questioning the logical or conceptual possibility of social science, they [the more sophisticated critics of the naturalistic social sciences] can be seen as questioning present and prevailing emphases, concerns, and problems" (Bernstein, 1990, p.41).

De fato, argumentos contra a abordagem cientificista nas ciências sociais falham como argumentos de impossibilidade, mas revelam obstáculos complexos relacionados, dificuldades práticas às vezes mais formidáveis do que cientistas do *mainstream* se dão conta²⁸ (Bernstein, 1990, p.42).

Segundo Habermas (2009, p.144),

enquanto o positivismo, na atitude direta das ciências, discute regras metodológicas para a construção e teste de teorias, como se se tratasse de uma ligação lógica entre símbolos, essas análises [fenomenológicas, lingüísticas e hermenêuticas] se orientam, no posicionamento rebatido da reflexão, pela conexão epistemológica, na qual regras metodológicas são concebidas como regras metodológicas e compreendidas sob o ponto de vistas da constituição de uma experiência possível.

Gadamer (1966, p.266), partindo da abordagem hermenêutica, afirma que

podemos aprender dos pesquisadores pensantes que a linguagem, em sua vida e acontecer, não pode ser concebida como um mero fenômeno em transformação. O que atua nela é uma teleologia como fator interno. Isso significa que as palavras que se formam, os recursos de expressão que figuram numa língua para se poder dizer determinadas coisas, não se fixam ao acaso, pelo

²⁸ Cf. *The defender of social scientific inquiry: Ernest Nagel*. In: Bernstein, R. J. (1990). "Problems are not resolved merely by showing that they are not necessarily insoluble; and the present state of social inquiry clearly indicates that some of the difficulties we have been considering are indeed serious" (Nagel, *apud* Bernstein, 1990, p.42).

simples fato de não desaparecerem. Significa, antes, que assim se constrói uma determinada articulação de mundo, um processo que atua como se fosse dirigido e que podemos sempre de novo observar na criança que está aprendendo a falar.

O mundo em que vivemos, de acordo com as correntes interpretativas das décadas de 1960 e 1970 “é sempre um mundo já interpretado, um mundo já ordenado em suas relações” (Gadamer, 1966, p.268). A construção desse mundo se dá “sempre e simultaneamente na linguagem, sempre que queremos dizer-nos algo uns aos outros” (Gadamer, 1966, p.269).

Para Gadamer, “o sujeito que reflete, mesmo nas ciências da compreensão, não consegue evadir-se do contexto histórico-efetual de sua situação hermenêutica, visto que sua compreensão sempre está implicada nesse acontecer”, ou seja, “a compreensão é ela mesma um acontecimento” sustentado pelo aspecto da estruturação da linguagem, como um fenômeno capaz de sustentar toda compreensão, mediante a qual a tradição social sobrevive (Gadamer, 1967, p.280).

No fundo, a linguagem não é nenhum espelho, e o que vemos nela não é o reflexo de nosso ser nem do ser de todos, mas uma interpretação e revitalização do que existe conosco, tanto na dependência real de trabalho e dominação como em tudo o mais que constitui nosso mundo. A linguagem não é um sujeito anônimo, finalmente encontrado, de todos os processos e ações sócio-históricos, que se oferece ao nosso olhar contemplativo junto com o conjunto de suas atividades e objetivações. Ela é, antes, o jogo em que todos participamos. [...] isso acontece quando compreendemos, e justamente quando vislumbramos os preconceitos ou desmascaramos subterfúgios que desfiguram a realidade. [...] então, quando vislumbramos algo que nos parecia estranho e incompreensível, quando o alojamos sob nosso mundo ordenado pela linguagem, então, finalmente, a coisa fica clara, como num árduo cálculo de xadrez onde só compreendemos a necessidade de alguma posição absurda na resolução final da partida. (Gadamer, 1967, p.283)

Um dos exemplos mais bem-sucedidos no emprego de uma abordagem hermenêutica em considerações político-sociais foi o trabalho do filósofo e politólogo Charles Taylor. A adequação da prática de investigação social com a especificidade do objeto (e dos objetivos) das ciências humanas²⁹ significou, grosso modo, na obra de Taylor, o desenvolvimento de uma abordagem hermenêutica com a qual pudesse por em xeque o que encarou como um *reducionismo naturalista* presente na ciência política norte-americana do pós-guerra.

A partir de sua definição da modalidade de interpretação relevante à hermenêutica como aquela que traz à tona a coerência subjacente de algo (Taylor, 1985, p.15), Taylor define especificamente os objetos da ciência do homem, ou ciência da interpretação, como aqueles que “must have sense or coherence; this must be distinguishable from its expression, and this sense must be for a subject”³⁰.

Segundo o autor, o entendimento se dá através de um círculo hermenêutico, no qual significados são apreendidos a partir de sua relação com outros significados e assim sucessivamente, formando uma rede de significados mutuamente compreensíveis.

Dois outros modelos de compreensão tiveram o intuito de quebrar este círculo e, assim, alcançar uma explicação derradeira. Um deles é o racionalista, o qual envolve a idéia de uma compreensão de tal clareza que carregaria consigo a certeza do inegável. A obra de Hegel é considerada o ápice deste modelo.

Porém, foi o modelo empiricista o mais bem-sucedido dos dois. “The attempt [...] to reconstruct knowledge in such a way that there is no need to make final appeal to readings or judgements which cannot be checked further” foi justificada pela aquisição de dados brutos.

“By ‘brute data’” Taylor quer dizer “here and throughout data whose validity cannot be questioned by offering another interpretation

²⁹ Aqui, recorridamente põe-se em evidência que o próprio investigador pertence à categoria de seus objetos de estudos: seres humanos, situados histórica, cultural e temporalmente no mundo, travando relações com outras pessoas e com este mesmo mundo.

³⁰ Embora não aludidos explicitamente, pode-se perceber certa semelhança entre argumentos e conceitos trabalhados por Bevir (2008) e estas definições de Taylor relativas a significados hermenêuticos e históricos. Segundo Bevir, um significado só pode ser considerado histórico caso destine a indivíduos específicos, utilizando, pois, um individualismo procedimental que difere do *individualismo atomístico* (“nos termos do qual as pessoas podem existir, captar significados ou agir ao arrefio da sociedade”) e do *individualismo metodológico* (“pelo qual devemos estudar a sociedade sem atentar para as totalidades sociais”) (Bever, 2008, p.78). De acordo com o autor é impossível tratar abstrações em si como objetos com conteúdo histórico, sendo necessário perscrutar em que significados hermenêuticos foram baseadas.

or reading, data whose credibility cannot be founded or undetermined by further reasoning” (Taylor, 1985, p.19).

A grande questão se torna, pois, se é possível ou não adquirir dados desprovidos de interpretação. Como veremos adiante, a resposta enfática de Taylor é de que não é possível, sua arguição rumando para uma defesa das ciências do homem da “estéril” influência da epistemologia empiricista³¹.

Para tanto, Taylor alega que o significado é parte essencial à caracterização do comportamento humano, tanto no nível fenomenológico, como no do discurso comum.

Este significado é distinguido do significado lingüístico propriamente dito, sendo concebido como um significado (a) para o sujeito (e não em uma situação de *vácuo*); (b) de algo (sendo possível separar um dado elemento – situação, ação – de seu significado); e (c) existe apenas em um campo (isto é, em relação com outros significados, semelhante ao campo semântico). Mas a principal diferença entre o significado assim compreendido e o significado em um campo lingüístico é que aquele tem um mundo de referentes (Taylor, 1985, p.23).

A partir dessa diferenciação, estabelece-se outra: de que o vocabulário usado para exprimir um dado significado é ele também ligado à descrição do sentimento e de objetivos. Ou seja, as palavras utilizadas já delineiam nossa ligação com o tema/ação em questão. E nossa compreensão de termos move-se dentro de um círculo hermenêutico: termo – emoção – disposição

An emotion term like “shame” can only be explained by reference to other concepts which in turn cannot be understood without reference to shame. To understand this concepts we have to be in on a certain experience, we have to understand a certain language, not just of words, but also a certain language of mutual action and

³¹ “The progress of natural science has lent great credibility to this epistemology, since it can be plausibly reconstructed on this model, as for instance has been done by the logical empiricists. [...] But in general, the empiricist orientation must be hostile to a conduct of enquiry which is based on interpretation [...] This cannot meet the requirements of intersubjective, non-arbitrary verification which it considers essential to science [...] From this follows a certain set of notions of what the sciences of man must be. On the other hand, many, including myself, would like to argue that these notions about the sciences of man are sterile, that we cannot come to understand important dimensions of human life within the bounds set by this epistemological orientation” (Taylor, 1985, p.20-21)

communication, by which we blame, exhort, esteem each other” (Taylor, 1985, p.23-24)

De fato, “experiential meanings are defined in fields of contrast, as words are in semantic fields” (Taylor, 1985, p.25), mas esses dois tipos de definições não são independentes um do outro, uma vez que sentimentos, desejos e emoções (significados, enfim) são associados à cultura, portanto inseparáveis das distinções e categorias feitas pela linguagem. É por isso que podemos falar de interpretação (como o ato de expressar algo mais claramente) em dois termos de comparação tão diferentes: o texto de um lado e traço de comportamento de outro.

Assim, Taylor afirma que “we make sense of action when there is a coherence between the actions of the agent and the meaning of his situation for him” (Taylor, 1985, p.24), mesmo que a coerência aqui não signifique necessariamente ação racional. Isto é, explicamos, trazemos à tona a coerência de descrições a partir de significados relativos a experiências, fluxos de comportamento³² nos quais o indivíduo estabelece sua auto-interpretação.

Enfim,

we have to think of man as a self-interpreting animal. He is necessarily so, for there is no such thing as the structure of meanings for him independently of his interpretation of them; for one is woven into the other. But then the text of our interpretation is not that heterogeneous from what is interpreted; for what is interpreted is itself an interpretation; a self-interpretation which is embedded in a stream of action. It is an interpretation of experiential meaning which contributes to the constitution of this meaning (Taylor, 1985, p.26)

Como já mencionado, todos os arrazoamentos acima foram utilizados especificamente no embate entre uma abordagem interpretativo-hermenêutica da ciência política e a ciência política epistemologicamente vinculada ao empiricismo e seus pressupostos de *brute data identifications*, em suma, o *mainstream* da ciência política, caracterizada como *verifiable science*³³.

³² “Comportamento humano” tratado aqui como ações de agentes com desejos, intenções.

³³ Entretanto, é pertinente considerar a crítica do antropólogo Clifford Geertz (2001) à caracterização dada por Charles Taylor ao escopo da ciência natural, bem como às influências naturalistas nas ciências sociais, a qual tanto se opõe. O antropólogo aponta que as referências à

Taylor argumenta que os significados não são completamente acessados apenas com a análise destes supostos dados brutos. Em linhas gerais, ele afirma que a prática do *mainstream* positivista da ciência política, pela atuação de princípios categóricos que vinculam ações físicas a regras institucionais, por meio de questionários e pesquisas de opinião; acaba por tratar os significados presentes nas ações como fatos, endurecendo a realidade social e dando a impressão de que existem ações que podem ser identificadas além da interpretação (Taylor, 1985, p.28-29).

O que não percebem os pesquisadores deste modelo de ciência política é que essa equivalência entre ações e fatos, ou mesmo a ingenuidade com que acreditam poder perscrutar uma dimensão significante através de questionários, deixa passar o papel essencial que a linguagem possui.

Segundo o autor, é a linguagem que “carries the practices on”. Ou seja, subjacente a este “set of identification is the application of a language of social life”, marcando distinções sócio-culturais, entre outras, através de diferentes vocabulários usados na comunicação (Taylor, 1985, p.32-33).

Realidades são práticas que não podem ser identificadas em abstração da linguagem que usamos para descrevê-las ou invocá-las. “The vocabulary of a given social dimension is grounded in the shape of social practice in this dimension” (Taylor, 1985, p.33).

Assim, Taylor, em consonância com as correntes interpretativas das décadas de 1960 e 1970, trata a linguagem como constitutiva da realidade, bem como da própria artificialidade da distinção entre realidade social e a linguagem de descrição desta realidade.

Se todas as instituições e práticas, como reitera Taylor, pelas quais vivemos são constituídas por certas distinções e, portanto, por uma linguagem essencial a elas (Taylor, 1985, p.35), como, então, tomar o

epistemologia naturalista empregadas por Taylor praticamente nunca são circunstanciadas e dizem respeito, sobretudo, às etapas iniciais da revolução científica. Faz parte do argumento de Geertz a noção de que, como qualquer “Outro”, a análise de Taylor delinea uma ciência natural a-histórica e monolítica (visto ignorar os subseqüentes desenvolvimentos de áreas como a física, cujas teorias recentes em muito podem avizinhar-se a abordagens hermenêuticas). Estando, porém, de acordo que o mito do “modelo da ciência natural” existe de fato, e com enorme potencial destrutivo, Geertz afirma que “combater a ‘naturalização’ das ciências humanas é uma iniciativa necessária, para a qual Taylor contribuiu de maneira vigorosa”. Todavia, deplora a não contribuição do filósofo à “iniciativa não menos necessária de religar as ciências naturais a suas raízes humanas” (Geertz, p2001,142). O posicionamento de Geertz neste ponto assemelha-se ao que veremos a seguir no pluralismo técnico sugerido por Mark Bevir.

que os indivíduos falam sobre instituições, e como justificam suas ações, sem questionar o meio pelo qual o fazem?

Ignorando a dimensão lingüística da formação e conformação de ações e seus significados, o *mainstream* da ciência política exclui significados comuns e intersubjetivos, e seu desempenho na dinâmica da realidade social.

Segundo Taylor, “the meanings and norms implicit in [...] practices are not just in the minds of the actors, but are out there in the practices themselves”, isto é, práticas não podem ser concebidas como um conjunto de ações individuais, mas sim como sendo essencialmente modos de relação social, de ação mútua (Taylor, 1985, p.36).

Não é o caso de tratar crenças no sentido de estarem convergindo, entrando em consenso, e sim perceber o que existe comunalmente à língua de uma realidade social e política na qual essas crenças são expressas. Intersubjetivo aqui é entendido como uma parte do mundo comum de referência no qual os indivíduos se encontram e no qual agem; não apenas significados compartilhados, mas pontos comuns de referências de todos os debates, da vida pública (Taylor, 1985, p. 39).

Significados *comuns* ou *intersubjetivos* não encontram um lugar nas categorias do *mainstream* das ciências sociais, pois todo o conhecimento ali tem de ser reconstruído no nível individual (Taylor, 1985, p.40). A confusão entre idéias (relativas a práticas) e ideais (no sentido de crenças pessoais) faz com que, em nome de uma neutralidade aos moldes epistemológicos empiricistas, diferentes práticas e instituições de diversas sociedades não sejam vistas como diferentes estratos de significados *intersubjetivos*, mas sim como diferentes tipos de comportamento e de significados *subjetivos*.

Seguindo esta argumentação, a acusação que recai sobre o *mainstream* das ciências sociais em geral é de etnocentrismo. Com a posse de um vocabulário supostamente universal de comportamento, provindo de uma única teia conceitual, o que resulta é o ajustamento de padrões comportamentais (Taylor, 1985, p.41-42).

A pretensa neutralidade, advinda do paradigma empiricista que diferencia descritivo de avaliativo, atua na definição de conhecimento legítimo para o *mainstream* da ciência política, correlacionando-o com estabilidade de dados. Entretanto, se concepções como as que concernem aos objetos das ciências do homem são de um tipo que se apóiam no que é significante para os homens (em geral ou em particular, dado a sociedade ou a circunstância específica), mesmo onde couber uma *definição operacional* a alguma destas concepções (isto é, em

termos de *brute data*) esta definição não carregaria toda a força e riqueza do conceito em questão (Taylor, 1985, p.43-44).

Taylor ainda argumenta como os anseios científicos de previsão nas ciências sociais dificilmente se encontram nos limites do possível, uma vez que (a) lidamos com sistemas abertos, ou seja, não podemos controlar os elementos que compõem a realidade observada; (b) compreender o homem por uma ciência da interpretação não é adquirir o grau de exatidão necessário a previsões (diferentes nuances de interpretação podem levar a diferentes predições); (c) os seres humanos são seres auto-definidores (*self-defining*³⁴) que são parcialmente o que são em virtude das auto-definições que aceitam, assim, mudanças conceituais na história humana podem produzir teias conceituais incomensuráveis – e não se pode prever algo que ainda não temos como qualificar³⁵ (Taylor, 1985, p. 54-55).

As ciências humanas são compreensões *ex post*, nas quais tentamos desenvolver uma linguagem na qual seja possível situar teias conceituais incomensuráveis. “Human science looks backward. It is inescapably historical” (Taylor, 1985, p.56-57).

Por fim, Taylor afirma que a rigidez com que os cientistas do *mainstream* da ciência política analisam a realidade social finda por excluir um papel essencial da ciência social. Segundo ele, a partir das ciências do homem é possível “sharpen one’s intuition”, trazendo maior compreensão dos outros e o desenvolvimento de intuições capazes de mudar quem somos e nos guiar nas decisões que tomamos (Taylor, 1985, p.54).

Como podemos ver, a ciência hermenêutica do homem que Taylor propõe rompe profundamente com certas noções comumente apresentadas em nossa tradição científica, uma vez que é fundada sobre diferentes instituições, concebendo as ciências sociais essencialmente

³⁴ “Already to be a living agent is to experience one’s situation in terms of certain meanings; and this in a sense can be thought of as a sort of proto-‘interpretation’. This in turn interpreted and shaped by the language in which the agent lives these meanings. This whole is then at a third level interpreted by the explanation we proffer of his actions” (Taylor, 1985, p.27). Apesar da centralidade fundamental da interpretação, contudo, muitas são as discordâncias quanto ao que se pode considerar como tal, ou quais são os processos a partir dos quais as conexões entre interpretação ou compreensão e a linguagem se estabelecem. Para uma crítica relevante da apreensão tayloriana (supostamente equivocada) de Wittgenstein, cf. Tully (1989).

³⁵ “Really to be able to predict the future would be to have explicated so clearly the human condition that one would already have pre-empted all cultural all cultural innovation and transformation” (Taylor, 1985, p. 57).

como ciências morais, cujo prosseguimento e sucesso requerem um alto grau de auto-conhecimento (Taylor, 1985, p.57).

As críticas direcionadas às asserções positivistas, de Taylor como de outros cientistas sociais, de que a pesquisa behaviorista era *value-free* é um dos pontos centrais do debate. Com o movimento de contracultura veio o argumento de que a pesquisa social é, de fato, permeada de ideologia e a asseveração de que a ciência social era avaliativamente neutra só foi possível porque esta havia assumido a ideologia do *status quo* (liberalismo burguês) e a estrutura de poder existente.

Este ataque às pressuposições ideológicas do método científico no estudo da sociedade se alastrou em um desafio às próprias bases epistemológicas e ontológicas da pesquisa social e um dos textos essenciais para este movimento de desafio às fundações das ciências sociais foi *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas Kuhn (1962).

O argumento central do livro é o de que todas as ciências são de certa maneira influenciadas por “condições exteriores às ciências”. Estas condições exteriores atuam não apenas provendo os cientistas de questões relevantes para reflexões ou análises, mas também influenciando “o quadro de alternativas disponíveis” (Kuhn, 2007, p.15) para o processo mesmo de legitimação das análises, e do conhecimento obtido/construído por estas, que seriam consideradas ou não verdadeiramente científicas e, assim, passíveis de crédito.

Aí entra em cena o polêmico conceito de *paradigmas*, considerados como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 2007, p.13). Kuhn conclui que o que geralmente ocorre é a substituição de um paradigma por outro não porque este novo paradigma se mostra cientificamente superior, mas por razões estranhas à ciência (Gibbons, 2006, p.565), caracterizando, portanto, tanto a ciência natural como a social como atividades baseadas em uma *comunidade* científica (Geertz, 2001, p.146). Ou seja, evidenciando a importância de referências comuns e consensuais, coletivamente construídas por comunidades científicas ao longo do tempo, na validação de dado conhecimento, hipótese, teoria, descoberta, como verdadeiramente científico.

Teorias científicas rivais são freqüentemente consideradas como sendo incomensuráveis, uma vez que são fundamentadas em diferentes paradigmas que explicam diferentes fenômenos, identificando diferentes problemas a serem resolvidos e discordando sobre o que conta como evidência e sobre o que consiste em uma explicação plausível. Tal visão

altera a própria concepção de desenvolvimento científico, o qual passa de um produto contínuo e gradual de aquisição de compreensão sobre o mundo, para a troca periódica de paradigmas por parte dos cientistas. “A história da ciência” se define então como “a história do crescimento e da substituição de comunidades científicas auto-recrutadoras, normativamente definidas, dirigidas de maneiras variadas e, muitas vezes, claramente competitivas” (Geertz, 2001, p.146).

Geertz (2001, p.147-148) faz comentários muito interessantes sobre as reações contraditórias ao livro *Estrutura das Revoluções Científicas*. Ele afirma que questões das mais diversas, após a publicação,

foram então polemicamente associadas ao livro [...] em termos positivos, como uma desmistificação da autoridade científica e como sua reinclusão no tempo e na sociedade; e, em termos negativos, como uma revolta contra ela, um repúdio da objetividade, do desprendimento, da lógica e da verdade.

Como o teor pejorativo da declaração de Easton (2002, p. 283) de que a proposição kuhniana caracterizaria o processo de compreensão científica como essencialmente *irracional*.

Geertz, entretanto, complementa que apesar da ênfase sociológica das considerações de Kuhn para que se pudesse chegar a uma compreensão da mudança das teorias científicas, este “nunca fez menos do que desdenhar da idéia de que tais considerações afetassem o valor de verdade das teorias da propagação da luz ou do movimento dos planetas”.

Retomando, essas proposições despertaram atenção para a necessidade de reconsiderar como se gerenciava a aquisição de uma compreensão válida sobre o mundo real, levando a sérias avaliações quanto ao comprometimento original com a concepção positivista de método científico (prevalente na ciência behaviorista dos anos 1950 e 1960) e resultando na busca por novas abordagens e metodologias para inquirições sócio-políticas.

Podemos ressaltar aqui o foco da filosofia crítica foucaultiana nas modernas ciências humanas (biológica, psicológica e social), o qual mina as declarações de que existem verdades científicas universais sobre a natureza humana. Foucault afirma que o que existe são expressões de compromissos éticos e políticos de uma sociedade particular, manifestações de forças históricas contingenciais. O conhecimento

humano, principalmente o conhecimento humano sobre os seres humanos, tem a sua historicidade, que tanto pode constituir o saber empírico quanto ditar suas formas. Dessa maneira, compreende-se que existem condições históricas, sociais e econômicas que atravessam o saber e são formadas a partir das relações estabelecidas pelos homens.

Diante de tais aspectos, as ciências humanas mostram que sempre haverá o que pensar a respeito de o que já foi pensado. Do mesmo modo, a história mostra que tudo o que é pensado será ainda pensado por um pensamento que, por enquanto, não existe. Assim, à figura do homem cabe uma finitude que nunca terá fim, pois recua sempre sobre si mesma, mas, uma vez que qualquer pensamento a respeito do homem é pensado por ele próprio, e uma vez que diferentes pensamentos podem surgir ao longo do tempo sobre uma mesma idéia, pode-se concluir que o saber restringe-se de acordo com a época em que o homem, como ser que constrói esse conhecimento, encontra-se na história.

Desconstruir implica recusar os essencialismos, interrogar sobre aquilo que se afirma verdadeiro, formar um pensamento crítico que percebe o conhecimento científico como fabricado pelo homem, passível de erros, que se modifica por meio das culturas, das práticas sociais e da própria história, numa fluidez temporal de seres e saberes.

Conforme já foi dito, a institucionalização formal das ciências sociais em disciplinas bem delimitadas nos programas universitários deveu-se, em grande parte, à influência do cientificismo Comteano e à sua adequação à apologia à ciência do século XIX (Comissão Gulbenkian, 1996, p.24-25).

Portanto, segundo Rabinow e Sullivan (1997, p.10), a direção dominante da ciência e filosofia social do final do século XX foi exatamente a de um

thorough undermining of the Comtean ideal of science. The philosophers of interpretation have been important figures in this undermining, and it is internally consistent with their positions that they have articulated their insights through a direct concern with their society and culture in its historical context. In this they have continued the Aristotelian notion of reason as a vital aspect of human existence, a means toward awareness and self-reflection, yet thoroughly embedded in the practices of everyday life.

Mas, tais esforços não devem ser compreendidos, como já foi mencionado, como reações à impossibilidade das ciências sociais moldadas pelas ciências naturais³⁶.

Uma objeção comum à idéia de ciência social baseada nas ciências naturais tem argumentado que as ciências sociais de baseiam em uma epistemologia ingênua: a crença de um domínio de fatos objetivos, fundações das mais abstratas teorias. Uma compreensão mais sofisticada da epistemologia mostra essa inadequação ao afirmar que o que chamamos de fatos ou observações são eles mesmos *theory-laden* e modelados por nossos esquemas conceituais. Não existem fatos brutos ou não interpretados *out there*, o que traz grandes conseqüências para a compreensão das ciências sociais³⁷.

Mas existem autores, como Lawrence J. Henderson³⁸, por exemplo, que afirmam que é preciso abandonar a figura ingênua de um mundo de fatos que formam o mundo real como suficiente para proceder com o solapamento das fundações epistemológicas das ciências sociais empiricistas³⁹. Isso, segundo o autor, não significa que devemos desistir da importância da distinção intencionada entre fatos e teoria (avaliações sobre o fato), mas sim, que devemos compreender o fato em outro nível de complexidade, como uma proposição empiricamente verificável sobre fenômenos em termos de esquema conceitual.

Henderson assevera que não existe fato social ou politicamente relevante desprendido de um esquema conceitual ao qual se refere; como uma estrutura de conhecimento que abarca o fato como fato ou fatos que se referem a um universo de proposições, a regras para a

³⁶ “[...] gradually it was perceived that analytic philosophy, especially the type of investigations carried on by Wittgenstein e J. L. Austin, had an enormous potential for elucidating the concept of human action, and the ways in which we describe and explain such action. Indeed, a dialectical extreme was adopted. It was argued that the ‘linguistic turn’ in philosophy could be used to show the conceptual or logical impossibilities of a social science modeled on the natural sciences. The preoccupation – one is inclined to say the obsession – with advancing and knocking down ‘impossibility’ arguments has obscured the real contribution of linguistic analyses” (Bernstein, 1990, p.112).

³⁷ Bernstein (1990, p.20) afirma que não acredita que estas considerações impossibilitem o status científico das ciências sociais, visto que tais controvérsias vêm abrindo caminho nas ciências físicas também, sem serem o suficiente para por em questão a idéia de ciência.

³⁸ Lawrence Joseph Henderson (1878 - 1942) foi um fisiologista, químico, biólogo, filósofo e sociólogo estadunidense. Suas contribuições no campo da sociologia foram no âmbito do funcionalismo e teoria dos sistemas sociais, e influenciaram muitos sociólogos de Harvard, especialmente Talcott Parsons, George C. Homans e Robert Merton.

³⁹ “I simply want to note that while many social scientists have a naïve conception of what constitutes facts and data (as do many physical scientists), a naturalistic interpretation of the social sciences is *not* refuted by showing that there is no hard and fast distinction between fact and theory” (Henderson *apud* Bernstein, 1990, p.21)

organização do que é comumente enraizado nas estruturas não-examinadas da linguagem comum e do senso comum. Não pode haver fato sem um quadro conceitual.

Ao tratar da existência de fatos o que se faz é comparar convenções lingüísticas e conceituais pelas quais organizamos fenômenos que chamamos mundo empírico com as convenções lingüísticas e conceituais pelas quais organizamos fenômenos que chamamos idéias. Se dada relação entre os dois quadros é alcançada, julgamos a asserção como válida ou verificada; se outra relação é alcançada, julgamos a asserção como rejeitada ou necessitada de modificação (Bernstein, 1990, p.21).

É óbvio que questões complexas surgem no centro de controvérsias na filosofia da ciência uma vez que falamos de quadros conceituais. Porém, o que nos interessa a seguir não é uma discussão sobre os aspectos lógico-epistêmicos da (im)possibilidade da separação entre fato e valor, ou fato e teoria, e sim, quais as conseqüências que a imposição de tal separação pelas ciências sociais de abordagem positivista tiveram na fundamentação das ciências sociais.

A argumentação freqüente é a de que o aspecto factual de uma proposição se refere a uma parte da realidade, podendo ser verdadeiro ou falso. Mas o aspecto valorativo de uma proposição não se refere a fato algum; não existem fatos morais, mas sim fatos *sobre* valores morais. Proposições morais podem ser ou demandas factuais disfarçadas ou apenas respostas emocionais a um estado de fatos reais ou presumidos.

Weber já havia tratado dos limites das ciências sociais quanto à preocupação com as conseqüências morais da pesquisa social. Partilhando de temas neokantianos como a dicotomia entre o *ser* (discurso científico sobre fenômenos) e o *dever ser* (discurso moral fundado na pura razão prática), Weber – apesar da insistência na *compreensão* da ação social – manteve a heterogeneidade absoluta entre fatos e valores e reconheceu que a ciência, incluindo a social, só poderia lidar com a parte factual da dicotomia.

Entretanto, apesar da importância que a busca de leis e da causalidade têm para a legitimação do conhecimento científico, é preciso superá-las, descobrir de que modo ciência é relevante para o discurso normativo, inclusive de que forma pode existir discussão racional de posições valorativas básicas. Afinal, se o saber científico do mundo social fosse irreconciliável com o próprio mundo social, qual seria o significado da ciência?

Tolstoi has given the simplest answer with the words: 'Science is meaningless because it gives no answer to our question, the only question important to us, 'What shall we do and how shall we live?'' That science does not give an answer to this is indisputable. The only question that remains is the sense in which science gives 'no' answer, and whether or not science might yet be of some use to the one who puts the question correctly (Weber *apud* Bernstein, 1990, p.47)

Weber estipula motivos pelos quais a discussão racional (científica) de valores é relevante: primeiro, pois permitiria a elaboração e explicação da consistência interna última dos axiomas de valor; em segundo lugar, possibilita a dedução de explicações que seguem de certos axiomas de valor irredutíveis, quando a avaliação prática de situações factuais é baseada nesses axiomas apenas (e isso implica a análise cuidadosa dos axiomas, a compreensão de suas implicações lógicas, observação empírica); e em terceiro lugar, a determinação de conseqüências factuais que a realização de certa avaliação prática deve ter por ser vinculada a certos meios indispensáveis e em conseqüência da inevitabilidade de certas repercussões não diretamente desejadas, permitiria a compreensão mais detalhada das conseqüências prováveis de diferentes cursos de ação (Bernstein, 1990, p.47-48).

O papel do cientista social, segundo Weber, é o de demonstrar os meios indispensáveis para os fins desejados, e as conseqüências de dadas ações baseadas em dados axiomas de valor. Mas essas funções da discussão racional de axiomas de valores ou julgamentos de valor não diminuem a lacuna entre fato e valor.

Indeed, Weber's intention is to sharpen our perceptions of the consequences of human choice [...] Only if we accept the value of being consistent, of being responsibly aware of what follows from the value axioms we hold, and of basing our decisions and choices on an informed empirical understanding of their probable consequences, will such analyses rationally influence our choices. But according to Weber, it is absolutely hopeless to think that we can justify such basic values; we can only choose to accept them. (Bernstein, 1990, p.48)

De fato, Weber temia as conseqüências sociais da racionalização da vida social (do *desencantamento* do mundo). Se o conhecimento do mundo social é passível de aplicação técnica, aliás, se ele é categoricamente distinguido da realidade social, o que se obtém é uma diferença categórica entre teoria e ação. Tal distinção implica numa atitude desinteressada adotada por parte do pesquisador.

A influência do Iluminismo na modelagem e no empenho das ciências sociais não pode ser negligenciada. A idéia do avanço da ciência, do conhecimento científico de fenômenos políticos e sociais para o progresso de ideais e metas socialmente aceitas ainda é advogado por cientistas sociais (Bernstein, 1990, p.52). O que nem sempre fica claro, no entanto, é o papel desempenhado pelos cientistas sociais na especificação e formação das metas sociais a serem alcançadas.

Enquanto se espera que o conhecimento empírico, detalhado e particular, de como a sociedade e a política funcionam sirva para elucidar reformas sociais, o ceticismo em relação à possibilidade da teoria normativa como disciplina racional aumenta, já que valores (irracionais e subjetivos) não são fatos, impassíveis a discussões fundamentadas em verdade/falsidade. Como então estipular metas, a partir de onde?

E apesar dos debates sobre objetividade e neutralidade, a literatura teórica empiricista é perpassada por julgamentos de valor (explícitos e implícitos) e demandas controversas (normativas e ideológicas).

Em suma, a insistência do cientista social como observador desinteressado negligencia a dimensão de utilização prática da teoria, criando uma fissura abismal entre o conhecimento do social e sua utilização. E a despeito do que afirmam os cientistas sociais do *mainstream* (sobre a quantidade e solidez do conhecimento empírico acumulado recentemente), as conseqüências desta acumulação de conhecimento empírico não estão claras.

Segundo Gadamer (1966, p. 264), a autoconsciência metodológica da ciência moderna minimiza o potencial criativo das etapas anteriores à produtividade e aplicação metodológicas (científicas)⁴⁰. Para o autor, até a apreensão do saber científico se dá por meio da razão comum; a socialização da ciência na vida (através da retórica) e a

⁴⁰ A indispensabilidade da reflexão hermenêutica para as ciências sociais refere-se ao fato daquela reivindicar "por intermédio de um 'estranhamento controlado', elevar a compreensão 'de um exercício pré-científico para o nível de um procedimento reflexivo', por assim dizer pelo 'desenvolvimento metodológico da inteligência'" (Gadamer, 1967, p.278).

dimensão criativa que alavanca descobertas científicas determinam, portanto, a razão comum (a linguagem universal da hermenêutica) como inescapável⁴¹.

Se a conscientização das condições hermenêuticas presentes nas ciências da compreensão levar as ciências sociais – que não buscam ‘compreender’ mas apreender cientificamente a estrutura real da sociedade pela inclusão das compreensibilidades que se alojam na estrutura da linguagem – a sistematizações metodológicas úteis ao seu trabalho, isso certamente é um ganho científico. Mas porém, a reflexão hermenêutica não permitirá que aquelas [ciências sociais] lhe prescrevam uma obrigação de restringir-se a essa função científica imanente, e sobretudo não permitirá que lhe impeçam de aplicar novamente uma reflexão hermenêutica ao estranhamento metodológico da compreensão que move as ciências sociais, mesmo que isso provoque uma nova desvalorização positivista da hermenêutica (Gadamer, 1967, p.278).

No âmbito do profícuo debate travado com Gadamer, Habermas reconhece a reivindicação hermenêutica de acesso comunicativo ao âmbito dos objetos das ciências sociais: a sociedade humana que vive em instituições, que como tais são compreendidas, transmitidas, reformadas, em suma, determinadas pela íntima auto-compreensão dos indivíduos que formam a sociedade; e, portanto, a linguagem como estrutura fundamental da sociabilidade humana (Gadamer, 1967, p.299).

Para além de comprovar, pois, a impossibilidade ou inutilidade de estudos empíricos nas ciências sociais, tratou-se (na *virada interpretativa*) de mostrar o quão limitantes e restritas são as pressuposições do *mainstream* positivista das ciências sociais.

A “creation of a new universe of discourse where we are much more profoundly aware of the complex ways in which linguistic practices, concepts, and institutions shape political and social reality” dá vazão a um “new universe of discourse and sensibility that is emerging [which] requires that we become increasingly aware that human beings

⁴¹ “Também da parte da compreensão, portanto, a universalidade da estrutura da linguagem humana mostra-se como um elemento ilimitado que sustenta tudo, não somente a cultura transmitida pela linguagem, mas simplesmente tudo, porque tudo é assumido pela compreensibilidade na qual nos relacionamos uns com os outros.” (Gadamer, 1967, p.276)

are *self-interpreting* creatures, and that these interpretations are constitutive of what we are as human beings”⁴² (Bernstein, 1990, p.113).

E talvez nenhuma obra seja tão representativa desta consciência quanto à complexidade da dimensão interpretativa dos seres humanos como a do antropólogo Clifford Geertz. “O conceito de cultura que eu defendo”, afirma ele,

é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (Geertz, 1989, p. 15)

Sendo intrinsecamente incompleta, a análise cultural é “uma ciência estranha, cujas afirmativas mais marcantes são as que têm a base mais trêmula”⁴³. Existem maneiras de fugir a isso, transformando cultura em folclore e colecionando-a, transformando-a em traços e contabilizando-os, transformando-a em instituições e classificando-as, transformando-a em estruturas e brincando com elas. Todavia, não passam de fugas.

Segundo Geertz, o debate dentro da antropologia sobre o status ontológico da cultura, se é *subjéctiva* ou *objectiva*, ao lado da mútua troca de insultos intelectuais que o acompanha (‘idealista!’ – ‘materialista!’;

⁴² “Many lines of development converge here. From the philosophy of language we have learned to appreciate how language is embedded in practices and shaped by intersubjective constitutive rules and distinctions. From the theory of action we have learned that a proper analysis of human action involves references to those social practices and forms of life in which actions can be described and explained. From the analysis of social and political reality, we have come to see how this reality itself consists of practices and institutions that depend on the acceptance of norms about what is reasonable and acceptable behavior. From the postempiricist philosophy and history of science, we have learned how misleading and simplistic the empiricist theories of science are, and how central are interpretation and understanding even in the hard natural sciences” (Bernstein, 1990, p.113-114).

⁴³ Uma concepção de objetividade, ponto tão vulnerável a críticas, compatível a concepções interpretativistas das ciências sociais é a desenvolvida por Mark Bevir o qual afirma que só é possível analisar a verdade ou falsidade de determinado conjunto de proposições (inclusive proposições teóricas conflitantes) em relação a outras. A objetividade, pois, se estabelece por comparação, sempre embasada em alguns pontos de concordância tácita entre teorias rivais. Porém, além destes pontos de comum acordo de teorias rivais, o debate é guiado ainda por certos parâmetros normativos, como exatidão, abrangência e consistência (características sincrônicas da teoria), progressão, fecundidade e abertura (características diacrônicas da teoria). Assim, seria possível um progresso contínuo de competição dialética entre teorias que permitiria a melhor apreensão dos sentidos do mundo (Bevir, 2008, cap.3).

‘mentalista!’ – ‘behaviorista!’; ‘impressionista!’ – ‘positivista!’) “é concebido de forma totalmente errônea”⁴⁴.

Uma vez que o comportamento humano é visto como ação simbólica (na maioria das vezes; há duas contrações) [...] o problema se a cultura é uma conduta padronizada ou um estado da mente ou mesmo as duas coisas juntas, de alguma forma perde o sentido. O que se deve perguntar [portanto] não é qual o seu *status* ontológico. [...] O que devemos indagar é qual a sua importância: o que está sendo transmitido com a sua ocorrência e através da sua agência. (Geertz, 1989, p. 20-21)

Visto deste modo, o objetivo da antropologia, das ciências sociais em geral, é o “alargamento do universo do discurso humano”, embora este não seja o seu único objetivo de fato (“a instrução, a diversão, o conselho prático, o avanço moral e a descoberta da ordem natural no comportamento humano são outros” (Geertz, 1989, p.24)).

Assim sendo, a tarefa das ciências sociais é interminável justamente “porque não-terminável” e o retorno, contestação e revisão das suas premissas basilares é um exercício tão constante quanto essencial.

No capítulo seguinte, veremos, pois, como esse complexo campo de debate relacionado ao movimento da *virada interpretativa* prosseguiu com o decorrer do tempo. Para tal, tratar-se-á brevemente da obra do politólogo contemporâneo Mark Bevir, com o objetivo de esboçar a discussão entre a proposta interpretativista e às críticas positivistas em uma versão contemporânea do debate das décadas de 1960 e 1970. Tal esforço permite a princípio que se observe como a ciência política na academia norte-americana, que dentre as disciplinas sociais no período pós-segunda guerra foi a mais próxima do pendor científico moldado pelas ciências naturais; absorveu aspectos do debate interpretativista em suas teorias e metodologias.

⁴⁴ “A antropologia, ou pelo menos a antropologia interpretativa, é uma ciência cujo progresso é marcado menos por uma perfeição de consenso do que por um refinamento de debate. O que leva a melhor é a precisão com que nos irritamos uns aos outros” (Geertz, 1989, p. 39).

Capítulo 3 – Mark Bevir e a ciência política interpretativa

3.1 Linhas gerais da proposta interpretativista de Mark Bevir

Mark Bevir, proponente contemporâneo de uma abordagem interpretativista (estritamente ligada à história) para a ciência política, revela-se como um autêntico herdeiro das discussões das décadas de 1960 e 1970, ao afirmar que fazer uso de uma abordagem interpretativa da ciência política é interpretar interpretações⁴⁵. Na concepção do autor, discursos e crenças são maneiras de compreender o mundo, dando-lhe sentido: ou seja, são interpretações que os indivíduos, a partir de um conjunto de crenças provido pelas tradições nas quais estão inseridos, tomam como base em seu agir social e político no mundo.

A abordagem interpretativa foca os significados intrínsecos às práticas políticas porque sua análise de crenças as trata como constitutivas da própria ação. Não há como separar completamente as crenças de um indivíduo do modo como ele age no contexto político-social em que está envolvido, pois seu próprio comportamento se dá holisticamente: ao passo em que suas ações são manifestações das crenças que ele possui, essas mesmas crenças são adequadas à conjuntura material (pragmática) na qual ele age e interage.

O conceito de tradição, juntamente com a noção de “agência situada” (Bever; Rhodes, 2005), é mobilizado para a justificação da abordagem interpretativa. Uma tradição refere-se a um conjunto de crenças, idéias e significados que servem de pano de fundo para a ação do ator. Mesmo que o indivíduo inserido numa tradição tenha a capacidade plena de rejeitar ou alterar os seus pressupostos (que apesar de parecerem *naturais* e *inexoráveis*, são maleáveis à criatividade humana), será sempre a partir dos preceitos desta mesma tradição, na qual ele nasceu e foi socializado, que poderá promover tais mudanças.

Talvez essa concepção de *tradição* possa dar a impressão que o indivíduo não tenha habilidade suficiente, ou força suficiente, para consolidar uma ruptura. Porém, isso seria ignorar as transparentes demonstrações do engenho e da potência humanos. É necessário perceber, não obstante, que os indivíduos não são autônomos, visto

⁴⁵ “We are fundamentally self-interpreting and self-defining, living always in a cultural environment, inside a “web of signification we ourselves have spun” [C. Geertz]. There is no outside, detached standpoint from which we gather and present brute data. When we try to understand the cultural world, we are dealing with interpretations and interpretations of interpretations”. (Rabinow; Sullivan, 1987, p.6)

viverem em coletivo, e, portanto, num ambiente permeado de pressões – tanto as provenientes das instituições que seu próprio gênio criou, quanto às advindas de outros gênios, a saber: a agência de outros atores. A agência humana é sempre *situada*, assim sendo, as ações políticas não podem ser plenamente compreendidas e explicadas em uma teoria que ignore o papel das tradições (mesmo que estas venham a ser transformadas posteriormente) e das limitações que o intento humano encontra no comportamento dos outros.

O trabalho de um cientista político revela-se, portanto, como o de desvendar as crenças relevantes para compreensão do comprometimento dos atores para com certas práticas e ações políticas, bem como o de explicar como e de onde essas crenças surgiram (o que auxilia no íntegro entendimento dos atos políticos).

De acordo com Bevir, o foco em conceitos mais amplos (que englobariam expressões mais localizadas) ou em análises mais individualizadas de crenças variará junto com as questões que se espera responder conquanto não se desconheça a profunda ligação entre indivíduos e tradições, uma vez que se indivíduos não são seres autônomos, “discursos, ideologias e tradições não existem destacados das crenças contingentes de indivíduos particulares” (Bevir *et. al.*, 2004, p. 131).

Atuando como uma epistemologia alternativa ao empiricismo moderno, a ciência política interpretativa rejeita o modelo positivista que estuda ações e instituições políticas em “unidades atomizadas” para depois enquadrá-los em conjuntos maiores, comparando e classificando similaridades e diferenças. Contrariamente a isto, Bevir e Rhodes procedem em uma análise relacional de crenças que, conectadas a outras crenças formando espécies de redes, se relacionam num panorama mais amplo de tradições e dilemas. Tal reflexão sobre o surgimento, consolidação, permanência (e por vezes, transformações) de tradições e das crenças que as constituem, permite a compreensão e explicação das ações e instituições políticas.

Uma das grandes vantagens de uma abordagem interpretativa da ciência política é o papel não-central que os conceitos amplos têm e que possibilita a apreensão da diversidade, muitas vezes negligenciada em análises que procuram padrões de comportamento ou pensamento.

Apesar de seu livro mais famoso de estudos aplicados sobre política (*Interpreting British Governance* (2003)) concentrar-se em traçar padrões de pensamento vinculados a mudanças gerais nas práticas do governo britânico, Bevir e Rhodes fazem-no a partir de uma abordagem que combina a definição e delimitação desses padrões (as

quatro tradições na política inglesa: Tory, Whig, Liberals, Socialist) com técnicas individualizadas como entrevistas.

Partindo da alegação de mudanças na dinâmica do governo britânico que implicariam em alterações no limite entre o estado e a sociedade civil e em aspectos referentes à hierarquização-burocratização do estado de bem-estar social, os autores mobilizam o termo *governança* como um ponto através do qual possam vislumbrar essas transformações. Apreendido diferentemente por cada uma das tradições mencionadas acima como: um novo processo de governar, uma condição modificada para o ordenamento de regras ou um novo método pelo qual a sociedade é governada; a utilização do conceito *governança* possibilita, além da compreensão do conteúdo meta-político do estudo propriamente dito, a exemplificação do uso adequado da abordagem interpretativa, aludindo a uma análise através de crenças, tradições e dilemas (Bevir *et. al.*, 2004, p.133).

Decompondo a tradição britânica nas várias tradições que a constituem, o conceito final alcançado de *governança* é o de um efeito não-intencional da competição entre as narrativas rivais, mas que resultam numa instituição de autoridade informal, por “redes”, constitutiva da autoridade formal do governo. Demonstra-se assim a contingência e a concorrenciais próprias às instituições políticas e às tradições – mesmo que recobertas por aparências de imobilidade e inflexibilidade – que precisam ser reveladas como parte do processo de concretização das ações individuais.

Para atingir tal compreensão e apreender os inúmeros modos através dos quais os indivíduos podem construir a *governança*, o uso da historiografia e da etnografia é imprescindível, em sua habilidade de perscrutar nas densas descrições das crenças e preferências individuais.

Interpretar interpretações exige que se recuperem as histórias individuais e que elas sejam explicadas. Entretanto, Bevir e Rhodes afirmam que o processo de explicação está interligado ao processo de compreensão (mesmo identificando o primeiro com técnicas etnográficas que apreendam os significados da ação, e o segundo, com técnicas historiográficas que possibilitem contextualizar esses significados em tradições ao longo do tempo) (Bevir *et. al.*, 2004, p.133).

Além de permitir a identificação de mudanças-chave no governo britânico, a idéia de *governança* (mesmo que tenha sido construída) mina algumas noções de modelos positivistas de análise e resolve algumas de suas dificuldades, como a possibilidade de utilizar conceitos amplos como dilema e tradição e mesmo assim rejeitar o enunciado de

que instituições fixam o comportamento dos indivíduos. Também identifica problemas teóricos chave que confrontam o estatuto de tomar e implementar decisões políticas recorrente nos anos 1980 e 1990, enquanto sustém formas adequadas de tomada de decisão relativas a esses problemas.

Como o manejar de métodos etnográficos só recentemente vem sendo introduzido na ciência política, é inevitável que sua manipulação aponte novas questões sobre o governo britânico, bem como distintas maneiras de lidar com elas, com a vantagem de serem procedimentos que apuram descrições mais formais, provendo-as de textura e profundidade além da autenticidade de narrativas daqueles diretamente envolvidos.

Apesar de todos os benefícios que afirmam acompanhar sua abordagem interpretativa da ciência política, Bevir e Rhodes admitem que este seja uma atividade contínua edificação.

3.2 Críticos, críticas e respostas: em defesa do caráter histórico e interpretativo da ciência política

No artigo *Interpretation and its others* (2005), Bevir e Rhodes discorrem sobre as críticas mais comuns que sua proposta de abordagem interpretativa recebeu. Elas são nove, a saber:

- * Que uma abordagem interpretativa é mero senso comum;
- * Que ela se foca em crenças e discursos, não em ações ou práticas;
- * Que ela ignora conceitos de estrutura social;
- * Que ela procura compreender ações e práticas, mas não as explicar;
- * Que ela se preocupa exclusivamente com técnicas qualitativas de geração de informação;
- * Que ela deve aceitar a opinião dos atores sobre suas próprias crenças;
- * Que ela é insensível aos modos através dos quais o poder constitui crenças;
- * Que ela é incapaz de produzir conhecimento relevante para a prática política;
- * E que ela é incapaz de produzir conhecimento objetivo.

Vamos agora delinear em termos mais específicos, cada uma das críticas listadas acima.

A primeira delas pode ser exemplificada pelas considerações de Keith Dowding⁴⁶ (Bever *et. al.*, 2004, p. 138), o qual contesta a suposta diferenciação de uma abordagem interpretativa das ciências humanas, afirmando que a inferência estatística também implica em interpretações que identifiquem e definam adequadamente as variáveis baseadas nos padrões encontrados no mundo físico. Entretanto, Bevir e Rhodes distinguem estas interpretações das que se encontram no âmbito das ciências humanas, as quais, perscrutando ações e crenças, defrontam-se com interpretações instituídas pelos próprios indivíduos num processo de apreensão-significação do mundo em que vivem. Além do que, os autores replicam afirmando que sua abordagem interpretativa da ciência política remonta a uma análise filosófica do significado na ação pautada na natureza holista dos significados. Essa forma de análise, movida com o intento de desafiar configurações positivistas de pesquisa, cujo modelo é aquele retirado do exame de fenômenos físicos das ciências naturais, não é um modo fixo de inquirição sobre um tema. É, antes, uma análise filosófica que estabelece, inicialmente, a possibilidade de compreensão dos significados intrínsecos às práticas por meio da interpretação. Tal premissa não deveria ser dicotomizada (como o é) em contraposição a uma suposta superioridade da linguagem científica adotada por cientistas políticos que empregam procedimentos mais positivistas.

Sim, pode ser que a interpretação seja um processo do senso comum, mas o é por que vinculado a práticas cotidianas de ação e atribuição de significado, não havendo outra maneira de compreender plenamente a ação e o processo de significação das ações humanas sem a contribuição de investigações de cunho interpretativa.

Uma segunda crítica refere-se a uma incompreensão, como falam os autores, da intrínseca relação entre crenças e práticas e ao modo como uma abordagem interpretativa pode atingir a compreensão de práticas através de crenças (Bever; Rhodes, 2005, p.174). Essa dificuldade pode vir da avaliação de que conceitos como dilemas e tradições (recorrentemente mobilizados pelos autores) são por demais abstratos para conseguir expressar a conexão entre significados e ações. Mas essa ponderação estaria ignorando o fato de que significados se encontram enlaçados em interações sociais.

⁴⁶ Keith Dowding (1960) é professor de Ciência Política em Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional da Austrália, Canberra, na Austrália e na *London School of Economics*, no Reino Unido. Ele tem publicado extensamente no campo da escolha pública, administração pública, ordem pública, a política britânica, política comparada, economia política urbana, a teoria política positiva e filosofia política normativa. Seu trabalho é informado por teorias da escolha social e racional.

Dowding pondera sobre o fato de que “nossa compreensão de uma tradição certamente vem do conjunto de ações que a constituem. Ainda sim nós também estamos usando aquela tradição para auxiliar na explicação das atividades de dados indivíduos” (Bevir *et. al.*, 2004, p.137). Essa aparente aporia não passa da constatação de uma análise que equilibra o peso da agência do indivíduo e das convenções a partir das quais ele age politicamente quando colocada sob a luz da indevida separação que se faz da tradição e das práticas. Tradições são constitutivas de ações e o compreender estas ações deve recuperar as crenças que as animaram. Práticas não são entidades autônomas ao mesmo tempo em que mudanças não se dão em um nível puramente individual. A agência é situada e criativa, os indivíduos têm a plena capacidade de interpretar as convenções que caracterizam as práticas nas quais estão engajados.

A terceira crítica remonta ao suposto ignorar, da abordagem interpretativa, conceitos relativos a estruturas sociais. Dowding alude à premissa dos autores de que seja “impossível usar métodos que procuram tratar crenças correlacionando ações com fatos objetivos sobre as pessoas – como classes ou papéis sociais” (Bevir *et. al.*, 2004, p.138). Para o crítico, a evidência se pauta exatamente nessas interpolações que permitam “validar” as interpretações dos atores sobre suas próprias ações. Mas de acordo com os autores, essa exigência também repousa sobre uma incompreensão da relação tradição/prática, visto que a questão por trás disso é a de qual seria a natureza das conjunturas sociais e qual seu impacto sobre os indivíduos. Para Bevir e Rhodes, o conceito de agência situada, assim como o de tradição na denotação que lhe empregaram (como algo não completamente fechado e inflexível à ação humana) delinea certa forma de tratar as estruturas sociais em geral, não as concebendo como entidades quase-físicas, repressoras da criatividade humana. Isso não significa excluir os aspectos contextuais que influenciam e constroem as ações individuais, mas sim que essas instâncias limitantes da agência humana se dão em termo das agências dos demais indivíduos. Assim, as práticas constroem ações atuando tanto como convenções que influenciam as subjetividades dos atores, como manifestas nas ações contingentes de outros indivíduos (Bevir; Rhodes, 2005, p.172-173).

A quarta censura feita é ao fato de que uma abordagem interpretativa não estaria interessada na explicação dos fenômenos políticos, somente em sua compreensão. Replicando a isso os autores objetam que a explicação das ciências humanas é diferente das ciências naturais, visto a diferente noção de causalidade mobilizada por cada

uma delas. Novamente, esta crítica só faz sentido se tomarmos como separadas esferas de prática e de tradição. A análise filosófica do significado na ação que inspira a abordagem interpretativa caracteriza a narrativa das questões estudadas simultaneamente como compreensão e explicação (Bevir *et. al.*, 2004, p. 159). Além do que, os conceitos de rigor científico manejados para tal censura são inapropriados à esfera das ciências humanas: tradições não podem ser identificadas independentemente como o seriam em explicações em moldes positivistas. Narrativas não podem ser consideradas como meras redescrições uma vez que a premissa filosófica já mencionada da compreensão dos significados nas ações estabelece e especifica mecanismos causais atuantes na narrativa, a saber: se ações são concebidas como fruto da intencionalidade, e se são desempenhadas por razões e crenças situadas em um panorama maior de tradições e dilemas, localizar crenças em redes de crença e essas redes em um panorama mais amplo de tradições e dilemas é o mesmo que explicar essas crenças e as ações que elas inspiraram.

Colin Hay⁴⁷ concorda que explicação e compreensão são sinônimas nas ciências humanas, mas traz sua crítica a um ponto mais específico da abordagem de Bevir e Rhodes. Afirma ele que os autores não dão muitas pistas do modo pelo qual se pode operacionalizar a interpretação em análises político-explicativas. Apesar de o conceito-chave para a interpretação parecer ser o de tradição, eles não são claros sobre como trabalhar com a emergência e o desenvolvimento de tradições em si mesmas; nem suficientemente persuasivos sobre como o apelo explicativo às tradições quanto às crenças que derivam em conduta não geraria meras redescrições.

A partir destas duas constatações, alega que a ausência da especificação de mecanismos de herança retira do conceito de tradição seu potencial valor explicativo: que a conduta de um ator seja consistente com a existência de uma tradição, isso não explica essa conduta. Também a definição relativa de tradição (variável conforme o que se deseja explicar) bloqueia seu poder explicativo (Bevir *et. al.*, 2004, p.145).

Hay afirma concordar com a sinonímia entre compreensão e explicação, todavia, separa e exige conexões entre o entendimento de significados sociais e um tipo de explicação causal mais adequada a este processo. Assevera que a contribuição latente do interpretativismo para

⁴⁷ Colin Hay (1968) é professor de Análise Política da Universidade de Sheffield, no condado de South Yorkshire, Inglaterra.

análises explicativas da política deveria focar menos o processo de compreensão *per se* do que o papel desempenhado por entendimentos particulares na motivação da conduta política de certos indivíduos.

Outro autor a ponderar sobre essa aparente dicotomia explicação-compreensão é Alan Finlayson⁴⁸ (Bevir *et. al.*, 2004), o qual corrobora com o enunciado de Bevir e Rhodes de que a explicação via narrativa é diferente da utilização de modelos explicativos, visto apontar para o descentramento de instituições e práticas políticas e revelar a diversidade das crenças e tradições sob as quais as instituições repousam (o que não seria possível ao se trabalhar com padrões que muitas vezes negligenciam essas diversidades). Porém critica o uso ambíguo que os autores fazem das narrativas. Em sua concepção, parece que “narrativa” é um conceito explicativo (que analisa ações por referência às crenças dos indivíduos, abarcando questões de linguagem e dados históricos), entretanto, também é utilizado para referir-se a algo que deve ser explicado, como sinônimo das crenças que inspiram ações políticas. Os indivíduos, no processo de atribuição de sentido às coisas na política, embasam-se num conjunto específico de idéias que os levam a tirar determinadas conclusões. As diferenças entre diferentes tradições são reais e importam enquanto da constatação que as pessoas agem baseadas nelas. É dever nosso apreender essa pluralidade, assim como (o que o crítico afirma não estar explícito na análise dos autores), buscar informações sobre o desenvolvimento histórico dessas idéias, seus sucessos e falhas, e o modo como constituem a ação. Porém, isso não deve ser feito apenas através de modelos acadêmicos de classificação e análise, mas também como uma maneira de compreender criticamente a política, revelando a contingência das estruturas sociais, o que necessariamente levaria a questões meta-políticas sobre como esse conjunto de idéias foi constituído, incorporado e manteve sua autoridade. E na visão de Finlayson isso são questões sobre o poder (Bevir *et. al.*, 2004, p. 153).

Outra censura é quanto à metodologia empregada pelos autores, acusados de preocuparem-se somente com técnicas qualitativas. Na opinião de Dowding, a abordagem interpretativa dos autores só pode resultar em explicações parciais que devem ser combinadas com técnicas mais familiares aos cientistas políticos (Bevir *et. al.*, 2004,

⁴⁸ Alan Finlayson é professor e *reader* do Departamento de Política e Relações Internacionais na Universidade de Swansea, Reino Unido. Seus interesses de pesquisa incluem teoria e análise da retórica política e as formas e modos de argumentação política no contexto histórico e cultural.

p.137). Perigosamente centrada no agente, a abordagem de Bevir e Rhodes esquecer-se-ia de que muitas vezes os indivíduos estão significativamente enganados sobre o que estão fazendo e qual o efeito de seus atos e que, na realidade, suas opiniões deveriam ser interpretadas: mas como proceder assim e manter a série de narrativas que os autores defendem? Apesar de serem úteis na compreensão de uma variedade de comportamentos e instituições políticas, Dowding afirma que métodos interpretativos não são adequados para a investigação de certos problemas.

Além de ignorar a noção de tradição e de agência situada trabalhada por Bevir e Rhodes, que justificam e equilibram uma análise focada no indivíduo com conceitos mais amplos (como tradição), Dowding erra ao olvidar que os autores não prescrevem métodos específicos, mas partem de uma premissa filosófica que estabelece a possibilidade de compreensão das ações por meio da interpretação dos significados que as motivam. E para tal compreensão vários procedimentos podem ser empregados, embora seja verdade que os qualitativos (historiográficos e etnográficos) sejam privilegiados, visto que a abordagem tenta interpretar interpretações (Bevir *et. al.*, 2004, p.157).

Um grande receio frente a abordagens interpretativistas em geral é o fato de que os indivíduos podem enganar deliberadamente ou, quando não tanto, tomar certas decisões ou atitudes com base a crenças *irrefletidas* sobre a natureza do mundo e o que é certo em cada contexto. Entretanto, Bevir e Rhodes afirmam que essas dificuldades podem ser suficientemente superadas.

Quando alguém aponta o que acredita, esse indivíduo está de fato apontando evidências sobre o que acredita. Se em determinada situação, o ator faz uso da retórica, suas crenças não deixam de ser passíveis a compreensão e explicação, visto que padrões de retórica são vinculados também a certas crenças e preferências que podem ser analisados. A escolha de determinados padrões de retórica como respostas para dadas questões é feita através da identificação (por parte do ator) das crenças referentes ao padrão escolhido (dentre os diversos padrões disponíveis), em vista de sua melhor adequação ou eficácia frente ao contexto em que será empregado.

Portanto, é possível analisar também o uso da retórica, por meio da localização das crenças das pessoas sobre retórica em redes mais amplas de crenças e, posteriormente, da vinculação destas redes de crenças a um panorama de tradições e dilemas.

O princípio filosófico já explicitado analisa o comprometimento que temos frente a nossas ações, transpassado pelas crenças que sustentamos. Considerando as implicações desse comprometimento, reflexões filosóficas sobre idéias inerentes às ações dão boas razões para propor a existência destas crenças, mesmo que não tenham como autenticar a atribuição de determinadas crenças em casos particulares. Contudo, mesmo que cientistas políticos não tenham como acessar diretamente a crença das pessoas, uma abordagem interpretativa pode justificar a atribuição de crenças particulares às pessoas por crer que esta crença explicita suficientemente a evidência (intersubjetiva) com a qual dada comunidade concorda (Bevir; Rhodes, 2005, p.180).

A sétima crítica feita à abordagem interpretativa da ciência política é a de que ela é insensível aos modos pelos quais o poder constitui crenças. Exemplo dos críticos que tratam desta suposta falta da obra de Bevir e Rhodes, Finlayson problematiza o conceito de tradição mobilizado pelos autores. Uma vez que as tradições são conceituadas como entidades contingentes, produzidas por indivíduos através de ações enquanto os próprios indivíduos são influenciados pelas crenças vinculadas à tradição na qual foram socializados, o conceito de poder não poderia (para Bevir e Rhodes) ser simplesmente localizado em estruturas determinantes do comportamento humano ou em atores autônomos e moldadores das tradições.

Apesar desta ressalva – talvez pelo cuidado que ela mesma implique – Finlayson argumenta que os autores não têm uma abordagem clara sobre o poder que as crenças exercem ao motivar a ação dos indivíduos (ou vice-versa), sendo que a relação entre estruturas e agentes permanece ambígua, causando o risco de a análise se dissolver em um destes dois extremos ou então oscilar aleatoriamente entre eles. Eles precisariam, na visão do crítico, explicitar uma teoria que esclareça como e por que algumas coisas se tornam parte de uma tradição enquanto outras não.

Finlayson admite que os autores sejam claros quanto à impossibilidade de ler as crenças das pessoas a partir do conhecimento de fatos objetivos sobre elas, ao invés disso, deve-se explorar o modo como as tradições impelem os atores de adotar certas crenças e como dilemas os influenciam no processo de modificação destas tradições. Mas, ao ressaltarem que as pessoas podem modificar tradições independentemente de dilemas, os autores também eliminam a noção de poder provindo de uma imposição do real na história, de pressões objetivas do mundo (Bevir *et. al.*, 2004, p.151).

Existe, para Finlayson, a necessidade de cientistas sociais ou analistas políticos perceberem que argumentos, teorias e culturas são também tipos de pressão e que essa definição os embute de poder influenciador frente à dinâmica sócio-política. A carência de uma teorização sobre o poder seria também uma carência de aspectos críticos quanto à realidade social.

Quanto a Bevir e Rhodes, eles argumentam que o conceito de tradição não é uniforme – muito menos natural - e que, portanto, permite a crítica, visto desmascarar a parcialidade de uma interpretação política ao mostrar que ela surgiu contra o pano de fundo particular de uma tradição, e também desmascarar a contingência das tradições mostrando que elas são algumas entre as diversas possibilidades históricas. Embora suas narrativas as apresentem como naturais e fixas, são produtos contingenciais de conflitos políticos que não se limitam a esfera do governo; antes, são disseminados por várias esferas de interação sócio-política (como o conceito de governança poderia demonstrar) (Bevir *et. al.*, 2004, p.160).

Em relação à rejeição do uso do termo poder, ela não implica em exclusão dos aspectos conflitivos e contraditórios da análise de tradições, bem como da supressão da noção do constrangimento exercidos por convenções e normas com as quais os indivíduos lidam (criativamente) no momento de agirem. Entretanto, prefere-se o termo tradição, primeiro, porque o conceito de poder não permite demonstrar verdadeiramente a contingência das crenças e ter uma abordagem crítica, visto estar em todo lugar. Segundo, pois a noção de tradição é comprometida com a agência situada, enquanto o termo poder como constitutivo da subjetividade poderia parecer negá-la.

Também recorrente é a crítica que denuncia a incapacidade da abordagem interpretativa de produzir conhecimento relevante para a prática política, que viria comumente, de acordo com os críticos, de modelos de predição ou de correlação de variáveis (Bevir; Rhodes, 2005, p.181).

Dowding argumenta que as interpretações dos atores não deveriam ter um peso maior do que nenhuma outra interpretação da análise, sendo que as que seriam privilegiadas deveriam ser as que permitissem predições nos mesmos moldes que as interpretações dos padrões atribuídos ao mundo físico.

Já Finlayson pondera sobre o modo como as visões interpretativas deveriam desenvolver a capacidade de fazer julgamentos e tentar intervir no mundo, traçando um ideal de teoria da interpretação apta a examinar a disseminação de conceitos, palavras e idéias (através

da contextualização com questões sócio-culturais mais amplas), com o intento de mostrar como eles se constituíram, mantiveram ou foram remodelados no âmbito do discurso político, possibilitando o desmascaramento, e a conseqüente crítica, dos caminhos pelos quais o senso comum é constituído e alterado. Isso tudo não necessariamente através de modelos preditivos. Ele propõe deslocar a questão epistemológica de um centro analítico e filosófico para considerá-la, juntamente com os esforços dos cientistas políticos, como primariamente éticos enquanto proponentes e promulgadores de um modo de estar no mundo e de pintar as relações entre as pessoas.

A concepção de Bevir e Rhodes vem para rejeitar a possibilidade de predição, dizendo-a incompatível com a forma narrativa de explicação. Conhecimentos relevantes para a prática política referem-se geralmente a assuntos de gerenciamento de mercado, burocracias e redes, tratando-os como estruturas fixas passíveis de manipulação com o uso das ferramentas corretas. Esta concepção vai contra a abordagem interpretativa da ciência política, para a qual, estatísticas e modelos também são narrativas sobre como as pessoas tem agido e vão reagir dado suas crenças e desejos. O modo como as pessoas adaptam as tradições que herdaram não é passível de previsão por ser aberto à criatividade humana. Os cientistas políticos não podem prever, mas podem oferecer explicações que apontem para as conexões, em seu caráter condicionado, entre ações e práticas e crenças, dilemas e tradições. O que poderia ser estabelecido a partir disso é narrativas provisórias sobre futuros possíveis (Bever; Rhodes, 2005, p.181).

Finalmente, mas não menos importante – ou problemático – há a crítica de que uma abordagem interpretativa é incapaz de produzir conhecimento objetivo.

A abordagem interpretativista, freqüentemente apresentada como inerentemente relativista, tem na realidade, em linhas gerais, uma abordagem epistemológica holista. Isso significa que os adeptos desta abordagem crêem que não existem experiências puras: a natureza das percepções depende do conjunto prévio de crenças do indivíduo. O que está em questão aqui não a existência formal isolada dos objetos, e nem de como se dá o processo sensorial em si, mas sim a premissa holista de que as pessoas experimentam as sensações influenciadas por categorias prévias de pensamento.

Esse holismo faz com que muitos adeptos de uma abordagem interpretativa rejeitem a idéia de verdade como certeza, porém, rejeitar a idéia de certeza não implica necessariamente em uma postura relativista (Bever; Rhodes, 2005, p.183).

As críticas de Dowding recaem sobre a ambigüidade dessa noção de verdade: ou as crenças têm ou não têm um valor de verdade. Para ele, a ciência política está preocupada em descobrir verdades sobre as instituições políticas, explicar o que está realmente acontecendo. Isso não implica em negar o fato de que pessoas têm diferentes visões sobre o mundo e que essas visões influenciam suas percepções sobre outros incidentes. Mas, se a existência de uma narrativa qualquer tem implicações no comportamento humano, ela também manifesta um valor de verdade (Bever *et. al.*, 2004, p.140).

Apesar de concordar com o fato de que é necessário compreender em que medida certas crenças motivam as ações dos atores, Dowding afirma que o resultado palpável destas ações em dada sociedade não pode ser entendido simplesmente pelo modo como os atores o enxergam, e sim pelo modo como eles realmente se comportam. Um conhecimento definitivo sobre ações, práticas e instituições é possível, sendo também razoável a possibilidade de que novas evidências (inclusive evidências teóricas) possam tombar com o que antes havia sido estabelecido como verdade. Se em um sentido, tudo o que nós possuímos são interpretações, essas interpretações possuem proposições com valores de verdade que podem ser conhecidos (Bever *et. al.*, 2004, p.142).

Outro estilo de crítica provém de Hay e de suas considerações sobre o construtivismo social. Com o intento de legitimar e fortalecer o conhecimento obtido por meio de uma abordagem interpretativa, o autor tenta compatibilizar uma idéia de causalidade com a noção interpretativista de explicação, tenha visto a potencialidade do papel causal das idéias em dinâmicas políticas e econômicas. Diz ele que o desenvolvimento destes sistemas depende não meramente do contexto, da condição do próprio sistema e das preferências e/ou racionalidades dos atores envolvidos, mas do entendimento desses atores sobre o sistema. Essas “variáveis ideacionais” existem e devem ter um papel central na análise política contemporânea, embora sejam difíceis de alcançar (Bever *et. al.*, 2004, p.149).

Bever e Rhodes consideram, pautados em pressupostos holistas como os brevemente enunciados acima, que o conhecimento objetivo se dá por meio de comparação entre narrativas rivais, de onde as mais coerentes, exatas e compreensíveis são as mais aceitas, e, portanto, tidas como verdade.

Cientistas políticos positivistas podem rejeitar uma epistemologia como esta como relativista porque ela não nos dá nenhuma razão para

assumir que as narrativas que nós selecionamos como objetivas irão corresponder à verdade. Nós concordaríamos que nossa epistemologia não nos permite atribuir à verdade, compreendida como certeza, um conhecimento objetivo. Em nossa visão, entretanto, isso não é um problema. Somente restabelece o que deveria ser um lugar comum – conhecimento é provisório (Bevir; Rhodes, 2005, p.185).

Abordagens históricas e filosóficas da política, bem como as teorias construtivistas nas ciências humanas em geral, legitimam a defesa que os autores fazem da interpretação e de sua relação intrínseca com essas disciplinas, inclusive no que consta ao papel do historiador ou do cientista político no processo de construção do conhecimento.

Nas palavras dos autores, “porque não existem observações puras, cientistas políticos constroem parcialmente o caráter de um fato através de teorias que eles incorporam em suas observações” (Bevir; Rhodes, 2005, p.184)⁴⁹.

⁴⁹ R. G. Collingwood alega essa mesma criação do conhecimento, ao invés de sua suposta descoberta. Segundo ele são os historiadores, em parte, que constroem os fatos: para perguntas feitas com o intuito de compreender dado fenômeno sócio-político, tem-se respostas em forma de narrativas que são significantes apenas em referência a fatos que, numa forma crua, não fazem nenhum sentido. Ou seja, no organizar os fatos de uma maneira inteligível para o entendimento do fenômeno, há algo de arbitrariedade construtivista que faz com que as interpretações sejam sempre incompletas e abertas a modificações. Assim, as ciências humanas são construídas e modeladas por seus conceitos e teorias (Silva, 2009, p.306).

Capítulo 4 – Considerações finais

A partir da exposição feita das propostas para uma *ciência do homem*, uma *ciência política interpretativa*, uma *antropologia interpretativa*, enfim, de uma alternativa ao *mainstream* positivista, empiricista e, principalmente, behaviorista, das ciências sociais; pudemos ressaltar algumas das questões fundamentais, e por isso mesmo recorrentes, nos debates constitutivos da pesquisa social.

Ao traçar breve e panoramicamente alguns dos argumentos interpretativistas, bem como de seus críticos, acredita-se ter delineado a dinâmica polifônica das possíveis versões vinculadas às formulações de reação às ciências sociais epistemologicamente naturalistas. Abordagens hermenêuticas, etnográficas, históricas, apesar das diferenças teórico-metodológicas que sejam levantadas, mantêm alguns pontos em comum, como a inquietação com o papel da linguagem em sua dimensão constitutiva da realidade e, conseqüentemente, a relação entre a prática (tanto cotidiana como a prática de análise do social) e a teoria que a orienta e é por ela continuamente transformada; bem como as conexões entre o pesquisador, suas categorias, o modo como conduz seus estudos e os resultados que obtém na pesquisa (implicando uma revisão na noção de objetividade comumente mobilizada).

A dicotomia estabelecida pelos defensores do cientificismo nas ciências sociais entre *fato* e *valor*, as argumentações que partem destes quanto à validade e o status científico (objetivo) do conhecimento obtido por abordagens interpretativistas, vê-se desafiada por questionamentos quanto à possibilidade de um conhecimento neutro do mundo social.

Como pudemos perceber no breve esboço feito dos debates, a questão não se torna tanto a impossibilidade lógica ou epistemológica da constituição das ciências sociais como disciplinas que se pautam nas ciências naturais, como se chegou a cogitar durante a fase de projeto da presente pesquisa, e sim a pertinência de tal constituição e as condições para sua realização prática.

Afinal, uma das grandes decepções com as ciências sociais naturalistas foi a incapacidade de mobilizar os ditos dados brutos que obtinham. A transformação do mundo social em objeto acabou retirando a sociabilidade, a dimensão relacional, propensa à ação, da ciência.

Em suma, o que os debatedores privilegiados das discussões concernentes ao papel ontológico que a interpretação tem na relação dos seres humanos entre si, e entre si e o mundo, vieram a ressaltar não deixa de ser aquilo que as próprias ciências naturais nunca deixaram de

propor, mas que o empenho inflexível para a adequação das ciências sociais a padrões naturalistas não pode absorver em sua complexidade e sutileza originais: a inabalável disposição de todas as ciências em debruçarem-se continuamente sobre si mesmas, em problematizar constantemente seus pressupostos de base, em tenderem sempre à revisão de suas categorias, metodologias, técnicas, teorias; o quão profundo se possa ir.

De alguma forma, a urgência que mobilizou as insatisfações das décadas de 1960 e 1970 vinha justamente da dimensão grotesca a que chegavam as restrições impostas pela adequação maciça à uma análise estritamente *científica* da realidade social.

Assim, o verdadeiro legado deixado pelos debates no âmbito da *virada interpretativa*, como pudemos perceber na obra de Mark Bevir, refere-se não a respostas dadas, mas sim a questões levantadas, retomadas e aprofundadas, intrínsecas às próprias ciências sociais, como que tipo de relação se estabelece/deve se estabelecer entre o mundo e o conhecimento sobre este mundo.

A única conclusão passível de ser feita aqui é que estas mesmas questões, por serem intrínsecas, fundamentais, basilares, são aquelas que mais efusivamente impõem a necessidade do contínuo (re)pensar sobre si próprias. Fortuitamente, tal conclusão é muito pouco conclusiva.

REFERÊNCIAS

BERLIN, Isaiah. *Limites da utopia*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1991.

BERNSTEIN, Richard. J. *The restructuring of social and political theory*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1990 [1976].

BEVIR, Mark. Are there perennial problems in political theory?. In: *Political Studies*, v. XLII, 1994.

_____. On tradition. In: *Humanitas*. v.XIII. n.2, 2000.

_____. *New labor: a critique*. London: Routledge, 2005

_____. Historical understanding and the human sciences. In: *Journal of the Philosophy of History*, 2007. v.1.

_____. *A lógica da história das idéias*. Bauru: EDUSC, 2008.

BEVIR, Mark. *et al.* The Interpretive Approach in Political Science: a Symposium. In: *British Journal of Politics and International Relations*. v.6, 2004

BEVIR, Mark; RHODES, R. A. W. *Interpreting British governance*. London: Routledge, 2003.

_____. Interpretation and its Others. In: *Australian Journal of Political Science*. v.40, n.2, 2005.

_____. Defending interpretation. In: *European Political Science*. v.5, 2006

COMISSÃO GULBENKIAN PARA REESTRUTURAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS. *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

CORCUFF, Pierre. *As novas sociologias*. Bauru: EDUSC, 2001.

COSTA, Cláudio. *Filosofia da Linguagem*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. (Passo-a-passo)

DUNN, John. The identity of the history of ideas. In: *Philosophy*, 1968, v. XLIII, n. 134.

EASTON, David. Political science in the United States: Past and present. In: EASTON, D.; GUNNELL, J. G.; GRAZIANO, L. (ed.). *The Development of Political Science: A Comparative Survey*. New York: Routledge, 2002.

ECO, Umberto. A escolha do tema. In: *Como se faz uma tese*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

FINLAYSON, J. G. *Habermas: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press, 2005.

FOUCAULT, Michel. As ciências humanas. In: *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987 [1966].

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I*. 6.ed. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, Bragança Paulista; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 1997.

_____. A universalidade do problema hermenêutico [1966]. Retórica, hermenêutica e crítica da ideologia - comentários metacríticos a Verdade e Método I [1967]. In: *Verdade e Método II: Complementos e índice*. Tradução de Ênio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIBBONS, Michael. T. Hermeneutics, political inquiry, and practical reason: an evolving challenge to political science. In: *American Political Science Review*, 2006. v.100, n.º4.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989 [1978].

_____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GUNNELL, John G. *Teoria política*. Brasília: UnB, 1979.

_____. The Historiography of American Political Science. In: EASTON, D.; GUNNELL, J. G.; GRAZIANO, L. (ed.). *The Development of Political Science: A Comparative Survey*. New York: Routledge, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *A lógica das ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2009 [1982].

JASMIN, Marcelo. G.. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2005. v.20, n.º57.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007 [1962]. (Debates)

POCOCK, John. The history of political thought: a methodological enquiry. In: LASLETT, P.; RUNCIMAN, W. G. *Philosophy, politics and society*. Oxford: Basil Blackwell, 1962.

RABINOW, Paul; SULLIVAN, William M. The interpretive turn: a second look. In: RABINOW, P.; SULLIVAN, W. M (eds.). *Interpretive social science: a second look*. Berkeley: University of California Press, 1997 [1979].

RICOEUR, Paul. A tarefa da hermenêutica. In: *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves editora, 1977.

SCHÜTZ, A; WAGNER, H. R. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. (Biblioteca de Ciências Sociais. Sociologia)

SILVA, Ricardo. O novo historicismo na ciência política: um encontro entre duas tradições In: *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, 2009, vol. n.1.

_____. O contextualismo lingüístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. In: *Dados* [online]. 2010, vol.53, n.2.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: *History and Theory*, 1969. v.8, n.º1.

_____. *Visões da política I: sobre os métodos históricos*. Viseu: Difel, 2005.

TAYLOR, Charles. Interpretation and the sciences of man. *In: Philosophy and the human sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, [1985]. (Philosophical papers; 2)

TULLY, James. Wittgenstein and political philosophy: understanding practices of critical reflection. *In: Political theory*, v.17. n.2. 1989

TUCK, Richard. História do pensamento político. *In: BURKE, P. (org.). A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.